

**CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO**  
**Doutorado em Bioética**

**MÔNICA SANTIAGO GALISA**

**REFLEXÃO BIOÉTICA SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA  
BANCO DE ALIMENTOS NO DIREITO HUMANO A ALIMENTAÇÃO  
ADEQUADA E NO MEIO AMBIENTE**

**São Paulo**

**2014**

**MÔNICA SANTIAGO GALISA**

**REFLEXÃO BIOÉTICA SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA  
BANCO DE ALIMENTOS NO DIREITO HUMANO A ALIMENTAÇÃO  
ADEQUADA E NO MEIO AMBIENTE**

Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Bioética, do Centro Universitário São Camilo, sob a orientação do Profº Dr. William Saad Hossne, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Bioética.

**São Paulo**

**2014**

## **Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Pe. Inocente Radrizzani**

Galisa, Mônica Santiago

Reflexão bioética sobre a contribuição do programa banco de alimentos no direito humano à alimentação adequada e no meio ambiente / Mônica Santiago Galisa. -- São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2014.

98p.

Orientação de William Saad Hossne e Margareth Zabeu Pedroso

Tese de Doutorado em Bioética, Centro Universitário São Camilo, 2014.

1. Bioética 2. Políticas de alimentos/avaliação 3. Meio ambiente. I. Hossne, William Saad II. Pedroso, Margareth Zabeu III. Centro Universitário São Camilo IV. Título.

CDD: 363.8

**MÔNICA SANTIAGO GALISA**

**REFLEXÃO BIOÉTICA SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA  
BANCO DE ALIMENTOS NO DIREITO HUMANO A ALIMENTAÇÃO  
ADEQUADA E NO MEIO AMBIENTE**

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

---

Profº Dr. William Saad Hossne  
Professor Orientador

---

Profª Dr.<sup>a</sup> Margareth Zabeu Pedroso  
Professor Examinador

À todos aqueles que, por acreditarem numa sociedade mais fraterna, livre e plural, defendem e promovem os direitos humanos, em especial o Direito Humano à Alimentação Adequada.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Prof<sup>o</sup> Dr. William Saad Hossne, por se tornar um referencial de profissional e principalmente de ser humano para mim e meu filho.

À minha coorientadora Prof<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Margareth Zabeu Pedroso, agradeço pela atenção, apoio e competente condução das orientações demonstradas durante nosso convívio.

Às Dra Lenise Mondini e Dra Adriana Garcia Peloggia de Castro pelas pertinentes sugestões na qualificação, que tanto contribuíram na construção dessa pesquisa.

Às nutricionistas entrevistadas que acreditaram no meu projeto e gentilmente cederam seu precioso tempo para responder aos meus questionamentos, sem o qual não seria possível a realização dessa pesquisa:

*Dra Alessandra Matias de Oliveira Figueredo*, Coordenadoria de Sustentabilidade, Banco CEAGESP de Alimentos (BCA);

Dra Camila Maria da Silva, nutricionista da Associação Prato Cheio;

Dra Camila Mendes Kneip, nutricionista, coordenadora de nutrição da ONG Banco de Alimentos - Associação Civil;

Dra Luciana Cassiano Machado Curvello Gonçalves, coordenadora Estadual do programa Mesa Brasil SESC São Paulo;

Dra Patricia Giordano Kopieczyk, nutricionista do Programa Ajuda Alimentando, Centro da Cultura Judaica;

Dra Patrícia Souza do Val, nutricionista do Banco de Alimentos do Município de São Paulo.

Ao meu querido filho Henrique e meu marido Carlos pela compreensão nos momentos de ausência, que foram muitos. Tê-los na minha vida faz todo esse esforço valer a pena.

À minha família que acredita em meus projetos e sempre me apoia. Adoro vocês.

*“Não se chegará jamais à paz com um mundo dividido entre a abundância e a miséria, o luxo e a pobreza, o desperdício e a fome. É preciso acabar com esta desigualdade social”*

Josué de Castro

GALISA, Mônica Santiago. **Reflexão bioética sobre a contribuição do programa Banco de Alimentos no direito humano à alimentação adequada e no meio ambiente.** 2014. 98f. Tese (Doutorado em Bioética)– Centro Universitário São Camilo, São Paulo, 2014.

**Introdução:** os Bancos de Alimentos visam arrecadar alimentos considerados impróprios para a comercialização, mas adequados ao consumo e repassá-los a instituições que atendam pessoas em situação de vulnerabilidade. **Objetivo:** promover reflexão bioética sobre as contribuições do programa Banco de Alimentos na alimentação das pessoas envolvidas e no meio ambiente. **Material e Métodos:** pesquisa transversal abrangendo todos os Bancos de Alimentos do município de São Paulo, baseada em análise do ano de 2012, a partir de levantamento dos *sites* oficiais e de entrevista semiestruturada adaptada de Bastos; Costa, 2007. A participação dos entrevistados foi voluntária ocorrendo após a assinatura da carta de autorização. Os Bancos de Alimentos foram identificados com as letras BA e números aleatórios. A discussão dos dados baseou-se nos princípios e referências da bioética. **Resultados e Discussão:** Em relação a “Estrutura dos Bancos de Alimentos da cidade de São Paulo” verificou-se que são em número de seis, sendo a maioria mantidos pelo terceiro setor. Os sites oficiais estão desatualizados, o que prejudica o controle social. O cadastro das Instituições Sociais ocorre após visita técnica do nutricionista, onde são avaliados estrutura física, as ações com a comunidade e público que atende. Os BA 2 e 3 exigem que sejam oferecidas atividades voltadas para educação, qualificação ou inserção social, permitindo aos assistidos conquistar autonomia econômica. Quatro Bancos somente cadastram a instituição se há estrutura para distribuição de refeições no local, pois alimentar-se em ambiente adequado é respeito a dignidade humana. Os outros dois permitem que os alimentos sejam distribuídos às famílias. O critério principal para que a instituição permaneça no programa é que atenda pessoas em situação de vulnerabilidade, respeitando assim a equidade. Não se observou a presença de cadastro único das instituições sociais atendidas. Os doadores são em número de 227, que são informados sobre o destino de suas doações, configurando assim a solidariedade com grupos em situação de vulnerabilidade social. Quanto ao tópico dois “O Banco de Alimentos e o Direito Humano a Alimentação Adequada” detectou-se que contribuem com a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada, pois permitiu no ano de 2012, que 727 instituições sociais, abrangendo 738.948 pessoas por dia, das diversas faixas etárias tivessem acesso a alimentos saudáveis, como as frutas, legumes e verduras, que segundo o Relatório Mundial de Saúde, o seu baixo consumo constitui fator de risco para a mortalidade. Respeitando o referencial da não maleficência, os Bancos de Alimentos pesquisados somente aceitam doações que estejam próprias para o consumo, recusam doações de bebidas alcoólicas, e preparações/refeições prontas, esses últimos pelos riscos de intoxicação alimentar. Quanto ao tópico três “O Banco de Alimentos e o meio ambiente” no ano de 2012 houve redução do desperdício de 4.947.032 kg de alimentos e indiretamente o desperdício da água utilizada em sua produção (água virtual), bem como ocorreram 226 ações educativas envolvendo 575 entidades sociais e 15.052 pessoas. **Conclusão:** Por meio das reflexões bioéticas identificou-se importante contribuição dos Bancos de Alimentos no acesso a alimentos pelas pessoas envolvidas e no meio ambiente.

**Palavras-chave:** Bioética. Políticas de alimentação. Meio ambiente.



Galisa, Mônica Santiago. **Bioethic thinking on the contribution of Food Bank Program on the human right to adequate food and the environment.** 2014. 98f. Thesis (Doctorates in Bioethics)-University São Camilo, São Paulo, 2014.

**Introduction:** The Food Bank aims to collect food considered improper for commercial use, but still adequate for consumption, and hands them out to institutions that care for people that are vulnerable. **Objective:** Promote bioethic thinking of contributions, from Food Bank Program, on the food intake of people and in the environment. **Material and Methods:** Transverse research including all Food Banks of São Paulo city, based on an analysis in the year of 2012, a survey of official sites and interviews, adapted from Bastos; Costa, 2007. The participation from those interviewed was voluntary, occurring after the signature of authorization. Food Banks were identified with the letters BA and random numbers. The discussion of the data was based on the principles and references of Bioethics. **Results and Discussion:** In relation to “The structure of the Food Banks in Sao Paulo”, they were verified in numbers of six, with the majority being included in the third sector. The official sites were not updated, which affects social control. The registration of the social institutions happened after the visit of a technical nutritionist, where the physical structure is validated, actions of which the community and public attended. The BA 2 and 3 require activities to be offered towards education, qualification, or social insertion, allowing participants to gain financial autonomy. Four Banks only register the institution if there is a structure for distribution of local meals, because nourishment in an adequate environment is respect to the human dignity. The other two allow that food to be distributed to families, the principle criteria for the institution to stay in the program is to serve the people in a vulnerable situation, respecting equality, the presence of the unique registry of the social institutions served was not observed. The donors were in numbers of 227, when they were informed of the destination for their donations, configuring in this way the solidarity with the groups in situations of social vulnerability. Topic two “ The Food Bank and the Human Rights for Proper Nutrition” detected that the contribution with the effectiveness of the human rights for proper nutrition, it made it possible in the year 2012, that 727 social institutions, join together 738.948 people a day, so that people of all ages could have access to nutritional health, like fruits and vegetables, according to World Report of Health, the low amount of consumption aids risk factors for death. Respecting the reference of the poor efficiency, Food Bank’s researchers accepted only donations ready for consumption, refusing donations of alcoholic beverages, and preparations/ready meals, this last one is because of the high risk of food poisoning. Topic number three “The Food Banks and the Environment”, in the year of 2012 a reduction of waste was observed of 4,947,032 kg of food and indirectly the water used for the it’s production (virtual water), also 226 educative actions took place involving 575 social institutions and 15,052 people. **Conclusion:** From the research of bioethics, the contributions of Food Banks to food accessibility of people and in the environment was identified.

**Key Words:** Bioethics. Policy Food. Environment.

## Lista de quadros

Quadro 1 - Critérios para cadastramento das instituições sociais nos Bancos de Alimentos. Município de São Paulo, 2012.....	35
Quadro 2 - Critérios para permanência das instituições sociais nos Bancos de Alimentos. Município de São Paulo, 2012. ....	37
Quadro 3 - Ações de integração entre Bancos de Alimentos da cidade de São Paulo, 2012. ....	39
Quadro 4 - Ações dos Bancos de Alimentos da cidade de São Paulo para estimular doações e novos doadores. São Paulo, 2012.....	40
Quadro 5 - Repasse de informações sobre as doações do ano de 2012 aos doadores pelos Bancos de Alimentos da cidade de São Paulo.....	42
Quadro 6 - Tipos de alimentos doados às instituições sociais pelos Bancos de Alimentos pesquisados. São Paulo, 2012. ....	49
Quadro 7 - Critérios para aceite de doações pelos Bancos de Alimentos da cidade de São Paulo pesquisados. São Paulo, 2012. ....	53
Quadro 8 - Quantidade de instituições sociais (IS) beneficiadas pelos Bancos de Alimentos pesquisados e suas características. São Paulo, 2012.....	56
Quadro 9 - Público assistido pelos Bancos de Alimentos da cidade de São Paulo, em estado de vulnerabilidade, 2012.....	58
Quadro 10 - Caracterização das ações educativas desenvolvidas pelos Bancos de Alimentos da cidade de São Paulo, 2012.....	72

## **Lista de figuras**

Figura 1 - Mapa dos bancos de alimentos no mundo (GLOBAL FOOD BANKING NETWORK, 2014). .....	24
Figura 2 – Distribuição dos Bancos de Alimentos no Brasil, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, abril 2013. ....	33

## Lista de gráficos

- Gráfico 1- Prevalência de déficit de peso, excesso de peso e obesidade na população com 20 ou mais anos de idade, por sexo Brasil - períodos 1974-1975, 1989 e 2002-2003 e 2008-2009.....46
- Gráfico 2 - Prevalência de obesidade segundo sexo e faixa etária. Município de São Paulo, 2008.....47
- Gráfico 3 - Percentual de FLV em relação ao volume total de alimentos doados as instituições sociais pelos Bancos de Alimentos pesquisados. São Paulo, 2012.....50
- Gráfico 4 - Evolução da participação relativa (%) de frutas, verduras e legumes no total de calorias nas áreas metropolitanas, Brasília e município de Goiânia. Brasil, 2009.....52

## Lista de tabelas

Tabela 1. Quantidade de empresas doadoras de alimentos aos Bancos de Alimentos da cidade de São Paulo pesquisados. São Paulo, 2012. ....	39
Tabela 2. Quantidade de entidades sociais atendidas pelos Bancos de Alimentos, segundo região. Ministério do Desenvolvimento Social, 2012.....	57
Tabela 3. Parceria dos Bancos de Alimentos com as universidades. Município de São Paulo, 2012. ....	59
Tabela 4. Dados de comercialização do CEAGESP, 2012.....	66
Tabela 5. Relatório Comparativo de Coleta de Resíduos (2012) da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo.....	67
Tabela 6. Volume de gêneros alimentícios distribuídos pelos Bancos de Alimentos, segundo região. Ministério do Desenvolvimento Social, 2012.....	69
Tabela 7. Volume de gêneros alimentícios distribuídos no ano de 2012 pelos Bancos de Alimentos da cidade de São Paulo pesquisados. São Paulo, 2012. ....	69

## Lista de siglas

BA – Banco de Alimentos

CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo

CNA – Comissão Nacional de Alimentação

COEP - Comitê de Ética em Pesquisa

COMUSAN - Conselho de Segurança Alimentar do Município de São Paulo

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar

DCNT- doenças crônicas não transmissíveis

DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada

DIOPE - Diretoria Técnica e Operacional

DTA - Doenças Transmitidas pelos Alimentos

ETSP - Entrepósito Terminal São Paulo

FAO - *Food and Agriculture Organization*

FLV- frutas, legumes e verduras

GFN - FoodBanking Global Network

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPI – Imposto sobre Produto Industrializado

IS – Instituições Sociais

ISA – Inquérito sobre Saúde

IMC – Índice de Massa Corpórea

InSAN – Insegurança Alimentar e Nutricional

INAN – Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição

ITA – Instituto Técnico de Alimentação

IWMI - International Water Management Institute

LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONG - Organizações Não Governamentais

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

pp – pontos percentuais

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAN – Programa Nacional de Alimentação e Nutrição  
PNSAN – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
POF - Pesquisa de Orçamento Familiar  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PRONAN – Programa Nacional de Alimentação e Nutrição  
TCU - Tribunal de Contas da União  
SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação  
SAN - Segurança Alimentar e Nutricional  
SAPS – Serviço de Alimentação da Previdência Social  
SEDES - Seção de Economia e Desenvolvimento  
SESC - Serviço Social do Comércio  
SESI - Serviço Social da Indústria  
SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
SUAS - Sistema Único de Assistência Social  
SUS – Sistema Único de Saúde  
VIGITEL - Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico  
WHO - World Health Organization

## SUMÁRIO

Resumo	
Abstract	
Lista de quadros	
Lista de figuras	
Lista de gráficos	
Lista de tabelas	
Lista de siglas	
1 INTRODUÇÃO.....	16
2 OBJETIVOS.....	27
2.1 Objetivo Geral.....	27
2.2 Objetivos Específicos.....	27
3 MATERIAL E MÉTODOS.....	28
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	33
4.1 Estrutura dos Bancos de Alimentos da cidade de São Paulo.....	33
4.2 O Banco de Alimentos e o Direito Humano a Alimentação Adequada.....	43
4.3 O Banco de Alimentos e o meio ambiente.....	63
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS.....	80
ANEXO.....	95
APÊNDICES.....	96



## 1 INTRODUÇÃO

A compreensão da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil torna-se a base para a discussão do perfil nutricional da população e das políticas atuais. Iniciando esse processo na década de 30, destaca-se no ano de 1933, em Recife, a ocorrência do inquérito sobre as condições de vida das classes operárias (primeiro inquérito desta natureza levado a efeito no país), promovido por Josué de Castro (1908-1973), que revelou a presença de déficit calórico e de nutrientes (ARRUDA; ARRUDA, 2007; ARRUDA; ARRUDA, 2011; JOSUÉ DE CASTRO, 2014).

Continuando a linha do tempo, em 1940, houve a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), idealizado por Josué de Castro e viabilizado pelo Decreto-Lei nº 2.478 (BRASIL, 1940), com os objetivos de: propiciar as instalações e as condições para a alimentação adequada dos trabalhadores, fornecer os alimentos a preços acessíveis e capacitar indivíduos para as atividades de nutrição e promoção da educação alimentar. O SAPS promoveu as primeiras intervenções estatais na questão alimentar do ponto de vista social, sendo extinto em 1967 (PRADO, 1993; PINHEIRO, CARVALHO, 2008; CASTRO, 2010; ARANHA, 2010; ARRUDA; ARRUDA, 2011).

Ainda na década de 40 do século XX criou-se o Instituto Técnico de Alimentação (ITA), depois transformado em Instituto Nacional de Nutrição e a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), responsável por assistir o governo na formulação da política nacional de alimentação. Em 1972 a CNA foi extinta quando da criação pela Lei 5.829 de 30/11/1972 (BRASIL, 1972), do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), autarquia vinculada ao Ministério da Saúde, tendo como metas: assistir o governo na formulação da política nacional de alimentação, propor ao Presidente da República o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), bem como promover sua execução, fiscalização, monitoramento e ajustes necessários, e atuar como órgão central das atividades de alimentação e nutrição (SILVA, 1995; ARRUDA; ARRUDA, 2007; ARRUDA; ARRUDA, 2011).

Em 1973 foi instituído o I PRONAN (Decreto 72.034, 30.03.1973), que abrangia 12 subprogramas, mas o seu desempenho apresentou diversas dificuldades e terminou sua vigência em 1974. Em 1976, aprovou-se o II PRONAN

(Decreto nº 77.116, 06.02.1976), o qual foi inovador por conceber a desnutrição como uma doença social. O PRONAN priorizava a população em função de seu estado de vulnerabilidade social e biológica; priorizava alimentos tradicionais e básicos com estímulo aos pequenos e médios produtores, e tinha como área prioritária a região Nordeste do Brasil (ARRUDA; ARRUDA, 2011; PELIANO, 2010).

Por volta da década de 80, o país passava por um movimento de democratização após vinte anos de governo militar (1964-1984) e, em relação à saúde coletiva ocorreu em 1986 a VIII Conferência Nacional de Saúde, constituindo os pilares para o Sistema Único de Saúde (SUS). Em seguida houve a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, sob a coordenação do INAN. As recomendações do documento final dessa conferência reconhece a alimentação como direito de todos e estabelece a responsabilidade do Estado de assegurar a disponibilidade interna de alimentos, como também as condições de acesso, por meio de políticas de emprego e renda (SILVA, 1995; LEÃO; CASTRO, 2007; ARRUDA, ARRUDA, 2007).

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal (BRASIL, 1988), deu-se um grande passo na área de alimentação, com o reconhecimento da alimentação escolar como um direito constitucional, tornando-a uma obrigação legal (PELIANO, 2010).

No início dos anos 90, durante a gestão federal do Governo Collor (1990/1992) ocorreu a extinção de quase todos os programas de alimentação e nutrição. Naquela ocasião, as sucessivas críticas aos programas de alimentação culminaram nos questionamentos sobre sua validade e as justificativas para sua extinção. Com o *impeachment* do presidente Collor, o presidente Itamar Franco (1993/1994) promoveu uma guinada na questão das políticas de alimentação e nutrição. Nesse momento, o movimento da sociedade civil pela “Ética na Política” que tinha como objetivo “aglutinar as esperanças e ações de todo o povo na direção de uma política guiada por valores éticos em favor da justiça social, da solidariedade e da vida”, elegia o Plano de Combate à Fome e à Miséria pela Vida como bandeira de mobilização nacional e o governo paralelo do Partido dos Trabalhadores lançava a proposta de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (VASCONCELOS, 2004; PELIANO, 2010; CUSTÓDIO et al., 2011; IBASE, 2014).

A Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, em que desempenhou papel relevante o sociólogo Herbert de Souza (1935-1997), o Betinho,

promoveu a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), em maio de 1993 (ARRUDA; ARRUDA, 2011; LEÃO; RECINE, 2011; CERVATO-MANCUSO; VIEIRA; COSTA, 2011; IBASE, 2014).

O presidente Fernando Henrique Cardoso instituiu a Comunidade Solidária, que tinha como prioridade o combate à pobreza. A fome saiu da cena principal e foi inserida no elenco dos problemas que afetam a pobreza. A Comunidade Solidária incorporou todos os programas definidos como prioritários no CONSEA e ampliou o leque para incluir programas na área da saúde, da educação, da moradia, do desenvolvimento rural e da geração de renda. Os programas de assistência alimentar foram todos ampliados e adotou-se a estratégia de integrar esforços em municípios mais pobres (PELIANO, 2010; CUSTÓDIO et al., 2011).

Em função dos contínuos problemas dos programas a cargo do INAN em 1997 ocorreu a sua extinção, pelo decreto n. 2283, de 24 de julho de 1997 (BRASIL, 1997; ARRUDA; ARRUDA, 2011).

Em 1999, pela portaria nº 710 (BRASIL, 1999), do Ministério da Saúde foi criada a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), composta por sete diretrizes: 1. Estímulo às ações intersetoriais com vistas ao acesso universal aos alimentos; 2. Garantia da segurança e da qualidade dos alimentos e da prestação de serviços neste contexto; 3. Monitoramento da situação alimentar e nutricional; 4. Promoção de práticas alimentares e estilos de vida saudáveis; 5. Prevenção e controle dos distúrbios nutricionais e de doenças associadas à alimentação e nutrição; 6. Promoção do desenvolvimento de linhas de investigação; e 7. Desenvolvimento e capacitação de recursos humanos.

A criação da PNAN veio fortalecer o setor saúde numa perspectiva intersetorial, apontando sua interface direta com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), discutido desde a publicação da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que se fundamenta mediante a articulação de setores governamentais, a sociedade civil, a academia e o setor produtivo (BRASIL, 2006b; COUTINHO; GENTIL; TORAL, 2008).

A PNAN foi reformulada (BRASIL, 2012a) após ampla discussão em diversas instâncias e passou a possuir 9 diretrizes: 1. Organização da Atenção Nutricional; 2. Promoção da Alimentação Adequada e Saudável; 3. Vigilância Alimentar e Nutricional; 4. Gestão das Ações de Alimentação e Nutrição; 5. Participação e

Controle Social; 6. Qualificação da Força de Trabalho; 7. Controle e Regulação dos Alimentos; 8. Pesquisa, Inovação e Conhecimento em Alimentação e Nutrição e 9. Cooperação e articulação para a Segurança Alimentar e Nutricional.

Em 2010, a aprovação da Emenda Constitucional nº 64 (BRASIL, 2010a) incluiu o direito à alimentação como um dos direitos sociais, no artigo 6º, da Constituição Federal Brasileira, que estabelece que “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. O Estado brasileiro tem o dever de criar mecanismos para proteger e promover tais direitos, institucionalizando assim uma construção política e institucional (TABAJÓS; RODRIGUES; COELHO, 2010; ARANHA, 2010; BELIK, 2010; LEÃO; RECINE, 2011).

Em 30/01/2003, inicia-se um novo período governamental, onde a segurança alimentar foi incluída na agenda política com grande importância, com o objetivo de garantir quantidade, qualidade e regularidade no acesso à alimentação para toda a população brasileira. Essa iniciativa tomou por base os estudos do Instituto da Cidadania, sendo aprovado o Programa Fome Zero (ARRUDA; ARRUDA, 2011; CUSTÓDIO et al., 2011, IBASE, 2014).

Em seguida, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, integrando iniciativas de 16 ministérios, o programa ganha mais foco e amplia seu escopo de atuação configurando-se em Estratégia Fome Zero, segundo a Ministra Márcia Lopes (2010).

A partir da Estratégia Fome Zero, diversas iniciativas e projetos tiveram como prioridade a alimentação: realizaram-se as Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional; criou-se o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); reativou-se o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA (CASTRO, 2010; CUSTÓDIO et al., 2011).

O CONSEA retornou com o objetivo de estimular a formulação, execução e acompanhamento de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Este Conselho, de caráter consultivo e deliberativo, assessora o poder executivo no planejamento das diretrizes políticas sobre a questão da alimentação (NATIVIDADE, DELEVATI, SILVA, 2005; CONSEA, 2014).

Em 2006, foi aprovada a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (BRASIL, 2006b) tornando a alimentação um dever do Estado, confirmado

posteriormente pela Ementa Constitucional de 2010 e constituindo passo decisivo para o efetivo cumprimento de medidas que garantam o acesso regular e permanente a alimentos em quantidade e qualidade suficientes (CASTRO, 2010; LEÃO; RECINE, 2011; CERVATO-MANCUSO; VIEIRA; COSTA, 2011). Priorizando a integração entre os programas e ações de Segurança Alimentar e Nutricional, em 25 de agosto de 2010, o presidente Lula instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN (SANTARELLI, MOREIRA, 2010).

O governo federal por meio da Estratégia Fome Zero pretende assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome. Para tanto implementa programas e ações que buscam superar a pobreza e, conseqüentemente, as desigualdades de acesso aos alimentos em quantidade e qualidade suficientes, de forma digna, regular e sustentável (FOME ZERO, 2013).

O Fome Zero atua a partir de quatro eixos articuladores: acesso aos alimentos, fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda e articulação, mobilização e controle social (FOME ZERO, 2013). A seguir serão discutidos esses eixos deixando por último o acesso aos alimentos, por ser o de interesse dessa pesquisa.

Eixo “Fortalecimento da Agricultura Familiar”: a agricultura familiar é a principal responsável pelo fornecimento de alimentos ao mercado doméstico, tendo dois programas específicos para essa categoria. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) trata da disponibilidade de crédito exclusivamente dedicado a esse tipo de agricultura, apoiando majoritariamente a produção de alimentos. Outro Programa é o de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) que estabelece elo entre a oferta de alimentos provenientes da Agricultura Familiar e a demanda por alimentos para programas e equipamentos públicos (alimentação escolar, hospitais etc.) e para formação de estoques (FOME ZERO, 2013; ARANHA, 2010).

Eixo “Geração de Trabalho e Renda”: incentiva a economia solidária e desenvolve ações de qualificação da população de baixa renda no sentido de contribuir para a sua inserção no mercado de trabalho. Há o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, com o objetivo de atender às principais demandas dos empreendimentos econômicos solidários, por meio do acesso a bens e serviços

financeiros, de infraestrutura, conhecimentos – formação, assessoramento e assistência técnica e a organização de processo de produção e comercialização (FOME ZERO, 2013; ARANHA, 2010).

Eixo “Articulação, Mobilização e Participação Popular”: foram firmadas diversas parcerias com o governo federal para a realização de campanhas de combate à fome. Esse eixo também proporciona a educação cidadã por meio da mobilização e formação da cidadania. A Rede de Educação Cidadã proporciona a formação e capacitação em SAN e em direitos sociais e humanos. O Programa Escolas-Irmãs envolve escolas públicas e privadas com ações que visam à promoção e valorização de pessoas e da cidadania e à inclusão social (FOME ZERO, 2013; ARANHA, 2010).

Eixo “Acesso aos Alimentos”: O objetivo deste eixo é apoiar a captação e a distribuição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e urbana, bem como estimular o melhor aproveitamento e redução do desperdício de alimentos, buscando promover a circulação e o abastecimento alimentar, garantindo o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e o fomento à organização de sistemas públicos agroalimentares locais, por meio dos Bancos de Alimentos, Unidades de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar e Mercados Públicos (BRASIL, 2013a).

Os Bancos de Alimentos são equipamentos destinados a captar, selecionar, processar, armazenar e distribuir gêneros alimentícios, arrecadados em geral de produtores e comércios locais, considerados impróprios para a comercialização, mas adequados ao consumo. Os alimentos são repassados a instituições da sociedade civil sem fins lucrativos que produzem e distribuem refeições, gratuitamente, a pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar (BRASIL, 2013a; FOME ZERO, 2013; VAITSMAN; RODRIGUES; PAES-SOUSA, 2006; BRASIL, 2005).

Pretendem combater o desperdício de alimentos e apoiar o abastecimento alimentar local por meio da integração com outros programas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com a distribuição gratuita desses gêneros às entidades sócio assistenciais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que oferecem alimentação a população em situação de insegurança alimentar e nutricional, além de contribuírem para o abastecimento dos Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Escolas (BRASIL, 2013a).

### Histórico dos Bancos de Alimentos

O surgimento dos Bancos de Alimentos no mundo está estreitamente ligado à ação de pessoas inconformadas com a pobreza, com a miséria e com o desperdício de milhares de toneladas de alimentos em condições adequadas ao consumo humano, que são jogadas no lixo ou incineradas (BRASIL, 2007).

O primeiro projeto reconhecido de Banco de Alimentos com estas características surgiu como iniciativa comunitária em 1967, em Phoenix (Estados Unidos), em uma sociedade de abundância e desigualdade (BELIK; CUNHA; COSTA, 2012).

Nos anos 60, a situação de pobreza de moradores da cidade de Phoenix, no Arizona/EUA, motivou diversas entidades assistenciais locais a procurarem alternativas que ampliassem sua capacidade de atendimento. John van Hengel (ativista e empresário) e outros voluntários organizaram uma coleta de alimentos nos supermercados de Phoenix, nascendo assim, 1967, o *St. Mary's Food Bank*, que existe até hoje, como uma organização sem fins lucrativos. Esse Banco de Alimentos atende 13 dos 15 municípios do estado do Arizona distribuindo mais de 90 mil quilos de alimentos para os necessitados por dia (ST. MARY'S FOOD BANK, 2014).

Com o apoio e incentivos governamentais, rapidamente a ideia se espalhou pelos Estados Unidos (BRASIL, 2007), estimando-se atualmente, a existência de 202 Bancos de Alimentos, os quais fazem parte da rede Feeding America (2013), que atendeu a mais de 37 milhões de americanos em situação de vulnerabilidade alimentar no ano de 2013, aumentando o acesso a alimentos saudáveis como frutas, legumes e verduras.

A ideia também se disseminou pelo Canadá e por países europeus, diversos Bancos de Alimentos foram criados na Bélgica, Itália, Irlanda, França, Portugal, Grã-Bretanha, Polônia, Grécia, Espanha e outros. Na América Latina, Bancos de Alimentos estão funcionando no México, Uruguai, Argentina e Colômbia (BRASIL, 2007).

No Brasil, em 1997, o Serviço Social do Comércio (SESC) iniciou seu programa de colheita urbana e, em 2000, inaugurou seu primeiro Banco de Alimentos no município do Rio de Janeiro e em seguida implantou unidades em

Fortaleza (2001) e Recife (2002). Em 2003, os projetos ganharam dimensão nacional com a constituição do projeto Mesa Brasil SESC com presença em todos os estados brasileiros de Bancos de Alimentos ou projetos de colheita urbana (BETTO, 2010; BELIK; CUNHA; COSTA, 2012).

No âmbito governamental, uma das experiências pioneiras é o Banco Municipal de Alimentos de Santo André, São Paulo, criado em 2000 (BRASIL, 2007).

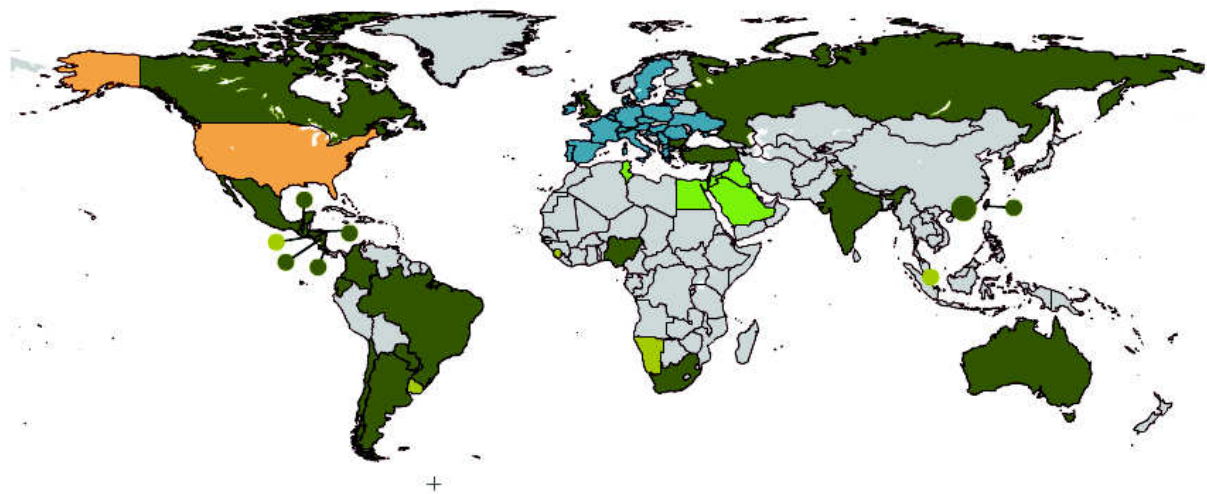
A partir de 2003, os Bancos de Alimentos são inseridos na política de segurança alimentar e passam a ser apoiados pelo governo federal no âmbito da Estratégia Fome Zero tanto em termos de recursos para sua implantação como pela constituição de um aparato legal (BRASIL, 2007; BELIK; CUNHA; COSTA, 2012).

Em 2006, em função de um crescente interesse internacional sobre os Bancos de Alimentos houve a criação da rede FoodBanking Global Network (GFN), organização global sem fins lucrativos dedicada a aliviar a fome no mundo por meio de Banco de Alimentos. GFN cria, sustenta e fortalece os Bancos de Alimentos e redes de Bancos de Alimentos em todo o mundo, em mais de 25 países, atendendo mais de um terço dos quase um bilhão de pessoas subnutridas no mundo (GLOBAL FOOD BANKING NETWORK, 2014).

Em 2007, a Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul (REDE, 2014) foi criada com o objetivo de apoiar e estimular a criação de novos Bancos de Alimentos no Brasil, além de fortalecer os Bancos já existentes. Em março de 2014, a Rede possuía 17 Bancos de Alimentos associados no Rio Grande do Sul e um no Rio de Janeiro, que juntos beneficiam 803 instituições, doando aproximadamente 400 mil quilos de alimentos por mês.

Hoje o Mesa Brasil SESC possui 84 unidades no Brasil e pertence a rede FoodBanking Global.





Legenda:

- Existem Bancos de Alimentos
- Bancos de Alimentos em desenvolvimento

Outras redes de Bancos de Alimentos:

<b>Feeding America</b>	<b>European Federation of Food Banks</b>	<b>Middle East/North Africa Food Banks Regional Network</b>
------------------------	--	---

**Figura 1 - Mapa dos bancos de alimentos no mundo**

Fonte: GLOBAL FOOD BANKING NETWORK, 2014.

O Banco de Alimentos entendido como política de Governo necessita de constante monitoramento de suas ações. As informações produzidas pelo monitoramento e a avaliação possibilitariam não apenas melhorar o desempenho do programa, mas verificar se os resultados previstos estão sendo alcançados.

No Brasil, não existe uma cultura de avaliação de políticas públicas, ou seja, um conjunto de práticas e crenças legitimando a avaliação como parte da gestão de programas e políticas. Somente em 2004 foi criada a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), com as funções de avaliação e monitoramento das políticas e programas de desenvolvimento social do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o que significou inovação da gestão pública brasileira, uma vez que

até então não existia, em nenhum ministério, uma secretaria com essa finalidade exclusiva (BRASIL, 2006a; VAITSMAN; RODRIGUES; PAES-SOUSA, 2006).

A ausência de uma instância de coordenação nacional foi apontada, em 2005, pela avaliação nacional dos Bancos de Alimentos brasileiros, realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que teve como objetivo fortalecer as ações de controle e a melhoria do desempenho da gestão pública. Adicionalmente, alguns desafios foram colocados para os Bancos de Alimentos vinculados ao programa federal, em relação à sua efetividade e transparência. Especificamente foram relacionados: a falta de um padrão de funcionamento entre os bancos; a falta de critérios para distribuição dos alimentos; a carência de um modelo de gestão unificado que garantisse transparência na administração da coleta e doação, a ausência de integração entre programas públicos estatais e não estatais, a ausência de monitoramento e avaliação dos Bancos de Alimentos instalados, e, por fim, a falta de sistemas informatizados que viabilizassem esses controles (BRASIL, 2005).

A falta de monitoramento das ações dos Bancos de Alimentos foi relatada em diversos estudos. Gomez (2010) analisou a produção acadêmica entre 2003 e 2009 de estudantes de pós-graduação das universidades brasileiras sobre a Estratégia Fome Zero, utilizando como fonte a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Ministério da Ciência e Tecnologia. Os dados mostram o incremento do número de pesquisas que tomam por objetivos de estudo o Programa Bolsa Família, o Programa de Alimentação Escolar, o Programa de Aquisição de Alimentos, o tema da segurança alimentar em sua interface com as políticas públicas e problemáticas relacionadas ao grande tópico da agricultura familiar. O Programa Banco de Alimentos não teve nenhuma citação nas considerações da pesquisa desse autor.

A avaliação de políticas públicas representa potente instrumento de gestão, na medida que subsidiam o planejamento, a formulação, a implantação e a identificação dos resultados das ações (TAPAJÓS et al., 2010).

## **JUSTIFICATIVA**

O Programa Banco de Alimentos constitui uma política pública na área de alimentação que pode contribuir, desde que bem direcionado, para a construção de uma sociedade ética, com a relação homem-alimento-natureza harmônica e o direito a alimentação adequada efetivo.

Reflexões bioéticas sobre o programa Bancos de Alimentos tornam-se relevante, pois suas ações interferem em um direito humano básico, a alimentação, repleta de significados e valores, que afetam diretamente a dignidade humana, a sua autonomia de escolha, a justiça e a equidade de acesso aos alimentos saudáveis das pessoas em situação de vulnerabilidade, bem como a não-maleficiência à saúde das pessoas e ao meio ambiente.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Geral**

Promover reflexão bioética sobre as contribuições do programa Banco de Alimentos na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e no meio ambiente

### **2.2 Específicos**

- Descrever a estrutura de funcionamento dos Bancos de Alimentos na cidade de São Paulo;
- Identificar a contribuição do programa no acesso aos alimentos às pessoas em situação de vulnerabilidade;
- Analisar a contribuição do programa na redução do desperdício e na educação alimentar do público atendido.

### 3 MATERIAL E MÉTODOS

O delineamento desse estudo corresponde a uma pesquisa qualitativa, baseada em entrevista semiestruturada aplicada aos gestores dos Bancos de Alimentos do município de São Paulo; de corte transversal e retrospectiva por analisar os dados referentes ao ano de 2012 (VIEIRA, 2008; LOPES; GALANTE, 2010; WESTPHAL; BÓGUS; NOGUEIRA-MARTINS, 2011).

Inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica fundamentada nas bases de dados Pubmed, Medline, Lilacs; também consultou-se sites de busca informal e a biblioteca digital de teses e dissertações, priorizando o período de busca nos últimos cinco anos. Os idiomas português e inglês foram utilizados como referência e na busca foram referendados os termos: Banco de Alimentos, Colheita Urbana; os descritores: bioética, meio ambiente, fome, obesidade, desperdício de alimentos; pelas lógicas Booleanas (and/or) para a busca: Banco de Alimentos and fome; Banco de Alimentos and desperdício de alimentos; Banco de Alimentos and bioética; Banco de Alimentos or Colheita Urbana.

O projeto foi submetido à consulta pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário São Camilo (COEP) visando obter orientações sobre a necessidade de inscrevê-lo na Plataforma Brasil para análise. O parecer sobre a consulta concluiu que não havia necessidade de submeter o projeto à análise e está disponibilizado na íntegra no Anexo A.

O local da pesquisa foi o município de São Paulo por permitir, a partir das análises realizadas, que a pesquisadora contribua com os Bancos de Alimentos, em função da atuação como docente em curso de Nutrição e supervisora de estágios na área de Saúde Coletiva, que possui convênio com Bancos de Alimentos, e por participar como conselheira do Conselho de Segurança Alimentar do Município de São Paulo (COMUSAN). A citação destes dados torna-se relevantes para justificar que a pesquisa não terá fim em si mesma, mas terá continuação na prática profissional da pesquisadora.

Os Bancos de Alimentos foram identificados com a sigla BA e números aleatórios, de forma a não promover a hierarquização. Como a quantidade de instituições pesquisadas é pequena, e para garantir o sigilo, não houve distinção de Banco de Alimentos e Colheita Urbana, pois poderia facilitar a identificação da instituição pesquisada.

*Bancos de Alimentos* são estruturas físicas de recepção, armazenamento e distribuição de alimentos em boas condições de consumo, mas que seriam inutilizados por parte de supermercados e empresas alimentares devido a pequenos defeitos e proximidade da data de validade, tendo sua qualidade atestada por nutricionistas (TAKAGI, 2010).

*Colheita Urbana* não requer estrutura física para as operações e as doações são recolhidas, sendo a seleção dos produtos alimentícios realizada no próprio local de origem das doações, e estas distribuídas diretamente às entidades assistenciais (BRASIL, 2007).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 2013a) o indicador de resultado do Banco de Alimentos é a quantidade de gêneros alimentícios captados e distribuídos, bem como o número de entidades atendidas, por mês. Essas variáveis foram, portanto, estudadas nessa pesquisa, complementadas por outras em função dos objetivos estabelecidos: critérios de cadastramento e permanência das Instituições Sociais no Programa; quantidade de doadores; ações para estimular as doações; repasse de informações aos doadores; cadastro único; critérios para aceitar doações; periodicidade de entrega das doações às entidades sociais; quantidade e faixa etária das pessoas assistidas; tipos de vulnerabilidade dos assistidos; ações educativas (quantidade de ações, público e temas); parceria com universidades e metas para o futuro. As variáveis podem ser visualizadas no roteiro da entrevista no apêndice B.

A coleta de dados foi dividida em duas etapas, sendo a segunda complementar da primeira.

Etapa 1 - os *sites* das instituições foram pesquisados para conhecimento da instituição e sua atuação no ano de 2012. Em relação à atuação foram analisados diversos tópicos estruturados por meio da adaptação ao questionário desenvolvido por Bastos e Costa, (2007).

Etapa 2 – realizaram-se visitas aos Bancos de Alimentos, para se obter todas as informações e detalhes não disponibilizados no site. A participação dos Bancos de Alimentos na pesquisa foi voluntária, ocorrendo em função do interesse dos mesmos. A partir do momento em que a instituição foi contatada houve apresentação do projeto para o responsável com a finalidade de esclarecer a proposta do projeto, seus objetivos, os procedimentos, a ausência de riscos na participação. Não houve custo de qualquer natureza para essas instituições. A

pesquisadora se responsabilizou por não identificar a razão social das instituições no trabalho, que receberam para efeito de análise uma identificação composta por números aleatórios. Ao final da reunião, o responsável pelo Banco de Alimentos que estava de pleno acordo com a aplicação do instrumento do projeto assinou a Carta de Autorização para a realização da pesquisa (Apêndice A).

As informações que não constavam nos *sites* foram obtidas por meio de entrevista semiestruturada (Apêndice B).

Todos os Bancos de Alimentos da cidade de São Paulo foram incluídos na pesquisa não havendo, portanto, necessidade de prever o tamanho amostral.

Com o intuito de aprimorar a confiabilidade das informações após a redação e interpretação das entrevistas, houve encaminhamento para os nutricionistas dos respectivos Bancos de Alimentos solicitando que avaliassem se as informações estavam registradas de maneira fidedigna e que encaminhassem seus pareceres. Cada nutricionista recebeu o código de seu banco de dados para poder verificar as informações.

Após a finalização do trabalho e aprovação da defesa de tese e como devolutiva pela participação, as instituições irão receber cópia digitalizada dos resultados finais da pesquisa, com esclarecimento de qual é o código referente à sua instituição.

Após a coleta de dados, as informações foram apresentadas e discutidas em três tópicos. A temática dos tópicos foi organizada a partir dos objetivos propostos para a pesquisa e por uma adaptação dos indicadores de monitoramento da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), do Ministério de Desenvolvimento Social - MDS (VAITSMAN; RODRIGUES; PAES-SOUSA, 2006). Esses indicadores são agrupados pela SAGI nas seguintes classes: “estrutura” – valores relativos à execução físico-financeira, à infraestrutura; “processos” – valores relativos às etapas/relações que fazem parte da implementação do programa; e “resultados” – valores relativos ao alcance de metas do programa.

Na discussão dos tópicos buscou-se a teoria dos referenciais da bioética, pois a teoria dos princípios, embora de suma relevância, não é suficiente para as questões levantadas por essa pesquisa (HOSSNE, 2006). Os referenciais intitulados: não-maleficência; beneficência, dignidade, solidariedade, vulnerabilidade, autonomia, justiça e equidade foram utilizados na reflexão bioética do Programa Banco de Alimentos e suas relações com a saúde e o meio ambiente.

O primeiro tópico intitulado “Estrutura dos Bancos de Alimentos da cidade de São Paulo” discutiu atualização dos sites, os critérios de cadastramento e permanência das Instituições Sociais no programa, quantidade de empresas doadoras, estímulo às doações, relatórios e integração entre os Bancos de Alimentos.

O segundo tópico intitulado “O Banco de Alimentos e o Direito Humano a Alimentação Adequada” analisou as doações e as entidades atendidas, relacionando essas informações com a transição nutricional e o direito humano a alimentação saudável, dando destaque a dignidade humana, autonomia, justiça e solidariedade.

O terceiro tópico intitulado “O Banco de Alimentos e o meio ambiente” focou o desperdício de alimentos, a sustentabilidade e a educação alimentar. O conceito de meio ambiente adotado nessa pesquisa foi o sugerido por Silva (2004, p.21):

Meio ambiente natural, ou físico, é constituído pelo solo, a água, o ar atmosférico, a flora; enfim, pela interação dos seres vivos e seu meio, onde se dá a correlação recíproca entre as espécies e as relações destas com o ambiente físico que ocupam.

### **Orçamento e custo**

A pesquisa foi realizada sob a responsabilidade financeira do autor do trabalho, não havendo ônus para as instituições envolvidas ou financiamento de algum órgão ou instituição.

### **Aspectos éticos**

A pesquisa somente teve início após resultado da consulta ao COEP. A entrevista com os responsáveis pelos Bancos de Alimentos foi realizada somente após a assinatura da carta de autorização (Apêndice A).

Essa carta foi elaborada em linguagem acessível, contendo todas as informações necessárias, assegurando o sigilo das informações, conforme orientação da Resolução nº 466 de 12/12/2012, do Conselho Nacional de Saúde. O responsável pelo Banco de Alimentos recebeu uma cópia da carta de autorização.

### **Benefícios**

Após a finalização da análise dos dados pesquisados e da defesa pública haverá encaminhamento do trabalho escrito aos Bancos de Alimentos participantes.



Esses poderão utilizar os resultados no aprimoramento de suas ações, redirecionando-as ou reforçando-as.

A pesquisadora responsável é conselheira no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN), no setor sociedade civil, instituição de ensino privada. Os resultados finais da presente pesquisa poderão ser de grande utilidade ao direcionamento das ações do COMUSAN. Afinal conforme ata da 3ª Reunião Ordinária de 2013, ocorrida aos 18 dias do mês de abril, às 9h, o presidente do COMUSAN Sr. Edgar William dos Santos declarou que “nesta administração há a intenção da implementação de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)” e o terceiro ponto de pauta referiu-se especificamente ao diagnóstico de SAN/InSAN e respectiva metodologia de realização. O presidente do COMUSAN afirmou, ainda, que “as políticas públicas não podem ser feitas sem um levantamento da realidade local, ou seja, é de extrema importância um diagnóstico que avalie quais as localidades que tem maiores necessidades, norteando as prioridades”. Para tanto foi criado um grupo de trabalho que vai se aprofundar neste tema, tendo como coordenadora a autora dessa pesquisa.

Segundo McMillan (2010), os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional têm sido extremamente influentes na defesa do conceito do Direito Humano à Alimentação Adequada, também tem contribuído muito para fortalecer os vínculos entre as atividades destinadas a ampliar o acesso aos alimentos e constituem um modelo valioso para envolvimento do setor público com a sociedade civil na definição das políticas públicas.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 Estrutura dos Bancos de Alimentos da cidade de São Paulo

Segundo contato por endereço eletrônico, em 18/07/2013, a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional informou que no ano de 2012, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) contava com 74 unidades em pleno funcionamento no Brasil.

O MDS no relatório de Segurança Alimentar, em abril de 2013, declarou ter 21 Bancos de Alimentos no estado de São Paulo e nenhum no município de São Paulo (Figura 2).



**Figura 2 – Distribuição dos Bancos de Alimentos no Brasil, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, abril 2013.**

Fonte: Relatório de Segurança Alimentar [mds.gov.br](http://mds.gov.br)

A contradição entre os dados do MDS e os observados na cidade de São Paulo, talvez possa ser devida ao fato do MDS considerar em seus relatórios somente os Bancos de Alimentos apoiados com o financiamento da infraestrutura para a sua implantação.

A presente pesquisa analisou todos os Bancos de Alimentos do município de São Paulo, que são em número de seis, sendo dois administrados pelo poder público e quatro mantidos pelo terceiro setor, principalmente Organizações Não Governamentais (ONG). Tal fato se assemelha às análises de Belik (2010), onde em todos os exemplos estudados de outros países esse programa era desenvolvido por ONGs com baixa participação do governo; inclusive na pesquisa realizada no Brasil,

os Bancos de Alimentos eram ONGs ou instituições privadas administradas de forma independente (CONSEA, 2009).

O poder público apresenta dificuldades legais em aceitar doações e contratar pessoal e serviços, daí o papel fundamental da iniciativa privada e das ONGs no gerenciamento de Bancos de Alimentos, sem excluir o suporte técnico dado pelas universidades, que será discutido no tópico 4.2 dessa pesquisa (BELIK, 2003). O terceiro setor vem se firmando como agente de transformação social, compondo uma rede de diferentes atores que lutam pela melhoria da sociedade de forma geral, seja pela justiça social, como pela efetivação e universalização dos direitos da cidadania (CALEGARE; SILVA JUNIOR, 2009; CARTA DA TERRA, 2000).

Aos governos nacionais cabe essencialmente o papel de garantir um ambiente institucional que favoreça os processos de doação tanto do ponto de vista tributário como de responsabilidade civil (como as conhecidas leis do “Bom Samaritano”, que existem em vários países), aspecto favorecido pela criação de redes nacionais de Bancos de Alimentos (BELIK; CUNHA; COSTA, 2012).

No Brasil, a Estratégia Fome Zero tem grande dificuldade em envolver as prefeituras e o governo federal nas atividades de solicitar e administrar as doações e o controle do desperdício. Caberia, portanto, ao governo regular o funcionamento do setor, incentivar a sua fluidez, garantindo as doações e a qualidade dos alimentos que chegariam às instituições beneficiadas (BELIK, 2010).

Na primeira etapa da pesquisa referente ao acesso aos *sites* sobre as informações das instituições observou-se grande dificuldade em coletar dados sobre os Bancos de Alimentos de São Paulo. Os sites oficiais estão desatualizados, sendo que somente dois dos bancos apresentaram os dados referentes ao ano de 2012.

Isso demonstra que as pessoas, Instituições Sociais e possíveis parceiros interessados no programa Banco de Alimentos tem grande dificuldade em acompanhar as suas ações, prejudicando o controle social.

O controle social não deve ser entendido somente como fiscalização das políticas públicas. É importante aprofundar esse conceito, tendo em vista a capacidade da sociedade organizada em atuar e intervir nas políticas públicas, em conjunto com o Estado, para estabelecer suas necessidades e interesses, além de controlar sua execução (DAVID; HECK, 2010).

A transparência das ações dos Bancos de Alimentos poderia servir para conscientizar e envolver maior número de pessoas e instituições. Sensibilizados pelo

problema da nutrição de nossa população, poderia desencadear um processo de mobilização social pelo qual os excluídos alcançariam a cidadania e inclusão social, com uma consciência de seus direitos e deveres, tendo como resultado final novos doadores e parceiros ao programa.

A sociedade civil tem uma tarefa fundamental, pois além de exigir o Direito Humano à Alimentação Adequada, cabe-lhe realizar o seu monitoramento, podendo assim contribuir para que os Bancos de Alimentos tenham resultados mais efetivos. Eis a importância de sites atualizados e de fácil navegação por constituírem um dos instrumentos para esse monitoramento (DAVID; HECK, 2010).

Os critérios para cadastramento das Instituições Sociais nos Bancos de Alimentos pesquisados estão demonstrados no quadro 1 e serão discutidos à seguir.

Critérios para cadastramento	Banco de Alimentos					
	BA1	BA2	BA3	BA4	BA5	BA6
Documentos oficiais da instituição	X	X	X	X	X	X
Visita técnica por nutricionista	X	X	X	X	X	X
Termo de responsabilidade ou compromisso ou contrato de parceria	X	X	X	X	X	X
Preparo e distribuição no local	-	X	X	X	X	-
Instituição deve ter atividades voltadas para educação ou qualificação ou inserção social	-	X	X	-	-	-

#### **Quadro 1 - Critérios para cadastramento das Instituições Sociais nos Bancos de Alimentos. Município de São Paulo, 2012.**

O cadastro das Instituições Sociais (IS) é sempre realizado a partir dos documentos oficiais, tendo uma variação entre os Bancos de Alimentos com relação a quais tipos são solicitados, mas esse detalhe não é relevante para a presente pesquisa. Importante é que as IS somente são aprovadas depois de uma visita técnica realizada pelo nutricionista responsável, onde são avaliados estrutura física, ações que realiza com a comunidade e público que atende. Essa atitude dá maior credibilidade ao programa, pois verifica *in loco* a idoneidade da IS a ser cadastrada. O nutricionista por ter sua formação na área da saúde lhe permite ter um olhar crítico sobre os destinos das doações de alimentos e suas reais necessidades.

Em seguida, há a formalização do cadastro com um termo de compromisso que esclarece quais são os direitos e deveres da IS, trazendo transparência nessa parceria que se inicia.

Os BA 2 e 3 exigem que sejam oferecidos aos assistidos atividades voltadas para educação ou qualificação ou inserção social, pela preocupação de não tornar-se somente assistencialista e contribuir para que o assistido tenha meios de conquistar sua autonomia econômica. Segundo Belik (2003) mecanismos que promovam o acesso à educação e qualificação profissional tornam possível a melhoria de renda, em base permanente.

Uma diferença entre os Bancos de Alimentos pesquisados refere-se ao destino que as Instituições Sociais dão às doações de alimentos. Quatro Bancos cadastram a instituição se a mesma apresenta estrutura para preparo e distribuição de refeições no local, pois isto valoriza o sentar à mesa e os aspectos socioculturais da alimentação. Sentar-se à mesa pressupõe a vivência da partilha, do respeito e da solidariedade; as pessoas confraternizam em torno da mesa e criam laços sociais. A dignidade humana está no ato de se alimentar com prazer e em ambiente adequado. Dom Mauro Morelli (1996) destaca que “Tanto o idoso quanto a criança, quanto aquele que produz, tem direito a sentar-se à mesa, se alegrar e participar do banquete da vida”.

Segundo o Guia Alimentar Para a População Brasileira (BRASIL, 2014), nós somos seres sociais e o hábito de comer em companhia está impregnado em nossa história. Compartilhar o comer e as atividades envolvidas com este ato é um modo simples e profundo de criar e desenvolver relações entre pessoas.

Os outros dois Bancos de Alimentos valorizam esses aspectos aqui discutidos, mas permitem que os alimentos também sejam distribuídos às famílias por meio de sacolinhas, focando um atendimento não do indivíduo isoladamente, mas de seu grupo familiar.

A seguir serão discutidos os critérios para permanência das Instituições Sociais nos Bancos de Alimentos do município de São Paulo, cujos tópicos podem ser visualizados no quadro 2.

Critérios para permanência	Banco de Alimentos					
	BA1	BA2	BA3	BA4	BA5	BA6
Nenhum	X	-	-	-	-	-
Alimentos armazenados corretamente	-	X	X	X	X	X
Alimentos preparados corretamente	-	X	X	X	X	-
Alimentos não serem revendidos	-	X	X	X	X	X
Rastreabilidade das doações	-	-	X	X	-	-
Não recusar a entrega das doações	-	-	-	-	X	-
Participar das ações educativas: 3 faltas descadastra a instituição	-	X	-	-	X	-
Demonstrar interesse em aplicar as orientações das ações educativas	-	-	X	X	-	-

**Quadro 2 - Critérios para permanência das Instituições Sociais nos Bancos de Alimentos. Município de São Paulo, 2012.**

O critério básico, principal e norteador para que a instituição permaneça no programa é que atenda pessoas em situação de vulnerabilidade. Portanto os Bancos de Alimentos visam atuar com equidade, buscando identificar as injustiças sociais e econômicas, as suas causas, e suas eventuais consequências, para então procurar o que é justo, dando oportunidades para essas pessoas terem acesso a alimentos saudáveis (HOSSNE, 2009b). A seguir serão discutidos os demais critérios relatados.

Armazenamento e preparo correto: uma das iniciativas valorizadas pelo Banco de Alimentos é o rigoroso controle sanitário dos alimentos que chegam à mesa dos necessitados nos asilos, creches, clínicas, albergues etc. (BETTO, 2010). Preocupação compartilhada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que estima que as enfermidades causadas por alimentos contaminados constituam um dos problemas mais difundidos no mundo (SILVA JÚNIOR, 2014). Hipócrates, médico grego do século V a.C., já propunha no seu juramento, que a nenhum paciente seriam administrados venenos, aqui representados por alimentos contaminados, demonstrando a preocupação com a não-maleficência. Preocupação compartilhada no código de ética do nutricionista no capítulo IV, sobre a responsabilidade profissional, Art. 6º item VI, que estabelece como dever do nutricionista analisar, com rigor técnico e científico, qualquer tipo de prática, abstendo-se de adotá-la se não estiver convencido de sua correção e eficácia. Destaca-se que no texto do Código de Ética do Nutricionista há referência a bioética (CASTRO; RODRIGUES, 2008; DURAND, 2003; RESOLUÇÃO CFN nº 334/2004).

Outros critérios citados para permanência da instituição no Banco de Alimentos: os alimentos doados não podem ser vendidos, não podem ser recusados e dois Bancos de Alimentos fazem rastreabilidade das doações para garantir a efetiva utilização dos alimentos. Esses critérios vão ao encontro ao objetivo do Banco de Alimentos que é melhorar a alimentação dos assistidos pelas Instituições Sociais e não ser fonte de recursos financeiros (SILVEIRA et al., 2011).

A participação e aplicação das orientações das ações educativas são quesitos básicos para a permanência da instituição social em quatro Bancos de Alimentos pesquisados. Deixa-se claro que os outros dois Bancos de Alimentos também priorizam as ações educativas, apesar de não constituir critério de permanência. Estratégias de promoção e de prevenção em saúde são cada vez mais valorizadas pelo Sistema Único de Saúde, pois evitam o agravamento de situações mórbidas e reduzem a evolução de agravos que possam demandar uma atenção de maior complexidade (BRASIL, 2008b).

#### Cadastro único

Entre os Bancos de Alimentos da cidade de São Paulo não há um cadastro único das Instituições Sociais atendidas. Nas entrevistas observou-se a intenção de fazê-lo, o que poderia constituir importante pilar de articulação e integração de ações. O cadastro único é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das Instituições Sociais, reconhecendo quem são, onde estão localizadas e quais as características do público assistido (BARTHOLLO et al., 2010).

A articulação desta rede de proteção e promoção social por meio do cadastro único teria várias vantagens:

1. Identificar as Instituições Sociais mais vulneráveis que requerem ações ainda mais direcionadas, por talvez mais de um Banco de Alimentos,
2. Avaliar a real necessidade das Instituições Sociais em receber doações de diversos Bancos,
3. Melhorar a logística de entrega das doações em função da proximidade das Instituições Sociais e dos Bancos de Alimentos.
4. Identificar e cadastrar novas Instituições Sociais com dificuldade de acessar esse tipo de ajuda.

Segundo Belik, Cunha e Costa (2012) os Bancos de Alimentos brasileiros têm pouca sinergia operacional e mesmo conceitual, o que dificulta a emergência de arranjos organizacionais, como redes de cooperação para proporcionar ganhos

sinérgicos. Uma base de dados unificada seria importante para otimizar e dar mais transparência à gestão dos Bancos de Alimentos, mas para isso há necessidade de confiança quanto ao compartilhamento das informações e a não ter resistência à mudanças.

Apesar da inexistência do cadastro único, os Bancos de Alimentos de São Paulo buscam a integração de suas ações como podem ser observadas no quadro 3.

Banco de Alimentos	Ações de integração
BA1	--
BA2	Tem projeto de unificar cadastro com outros 3 bancos Quando transferem excesso de doação a outro BA informam IS que já receberam
BA3	Estão em negociação com um BA para dividirem as IS em função do tipo de prestação de assistência pela entidade social. Quando transferem excesso de doação a outro BA informam IS que já receberam
BA4	Envia a lista das IS com dados cadastrais para os outros Bancos de Alimentos na segunda semana de janeiro
BA5	Havia reuniões anuais entre os BA, mas não ocorre há 2 anos
BA6	Em 2010 cruzou as Instituições Sociais com um BA

**Quadro 3 - Ações de integração entre Bancos de Alimentos da cidade de São Paulo, 2012.**

Os Bancos de Alimentos da cidade de São Paulo possuem um total de 227 doadores (Tabela 1), propiciando o envolvimento de diversos segmentos da sociedade, a cooperação em torno de um sentido público comum, demonstrando a solidariedade desses comerciantes com grupos em situação de vulnerabilidade social.

**Tabela 1 - Quantidade de empresas doadoras de alimentos aos Bancos de Alimentos da cidade de São Paulo pesquisados. São Paulo, 2012.**

Banco de Alimentos	Nº de entidades doadoras
BA1	07
BA2	50
BA3	94
BA4	20
BA5	07
BA6	49
Total	227



A existência de um conjunto de valores comuns de grande aceitação na sociedade, como dignidade humana, solidariedade, justiça e equidade favorece a formação de parcerias com empresas privadas para doação de recursos, produtos e serviços, como transporte para a distribuição das doações (BELIK; CUNHA; COSTA, 2012).

Por outro lado, hoje está sendo valorizada a responsabilidade social empresarial pelos consumidores. Os empresários sabem que contribuindo para a melhoria da saúde da população e uma sociedade melhor, menos desigual e com melhor distribuição de renda permitirá um cenário propício para o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade de seus negócios (BELIK, 2003).

Os Bancos de Alimentos necessitam de mais doadores para desempenhar suas funções de forma mais eficaz, e diversas ações estão sendo realizadas por eles buscando novos doadores, conforme pode ser visualizado no quadro 4.

Ações	Banco de Alimentos					
	BA1	BA2	BA3	BA4	BA5	BA6
Nenhuma	-	-	-	-	X	-
Equipe de captação	X	-	-	-	-	-
Conscientização de doadores	X	-	-	X	-	X
Portifólio das entidades sociais	X	-	-	-	-	-
Divulgação pelas redes sociais	-	X	-	-	-	-
Parceria com empresas	-	X	-	-	-	-
Entrevistas na mídia	-	X	-	-	-	-
Busca doadores próximo as IS	-	-	-	X	-	-

**Quadro 4 - Ações dos Bancos de Alimentos da cidade de São Paulo para estimular doações e novos doadores. São Paulo, 2012.**

Apesar das empresas possuírem poder econômico e gerencial que permitem que desempenhem relevante papel na inclusão social e combate à pobreza de forma articulada com as ações governamentais (BELIK, 2003) há enorme resistência das empresas em doar alimentos, por receio da responsabilidade que possa ser imputada por algum dano que esse alimento doado possa causar às pessoas assistidas. Pela legislação federal, os proprietários dos estabelecimentos que fazem as doações respondem civil e criminalmente pelos danos causados por seus produtos, portanto a maioria dos empresários prefere jogar no lixo a doar para entidades necessitadas e se responsabilizar por isso (GOULART, 2008).

Outros problemas que limitam as doações são a tributação de IPI e de ICMS que incide sobre o valor do alimento doado e que torna a atividade de benemerência um ônus para quem faz.

Nesse sentido, algumas medidas foram tomadas pelo governo federal para melhorar a legislação que trata da doação de alimentos. Está aprovada a regulamentação da isenção do ICMS para as doações de mercadorias e de prestações de serviço de transporte aos municípios e entidades beneficiadas pela estratégia Fome Zero (GOULART, 2008).

Destaca-se, porém, a morosidade dessas medidas. O Projeto de Lei nº 4.747, denominado Estatuto do Bom Samaritano, proposto em 1998, tramita na Câmara Federal e tendo sido aprovado na Comissão de Constituição e Justiça aguarda, ainda, ser votado em plenário (FOME ZERO, 2013).

Um caso de radicalização da lei sobre doação é o mexicano, no qual a doação de alimentos em boas condições de consumo é considerada obrigatória. Ou seja, uma empresa que for denunciada pelo descarte de alimentos em boas condições para o consumo pode ser indiciada por processos criminais interpostos pelo Estado (BELIK; CUNHA; COSTA, 2012).

O aproveitamento de alimentos não utilizados comercialmente poderia ser uma solução eficaz para a resolução dos problemas emergenciais que o mundo enfrenta por conta da fome. Em teoria, tanto os produtores como os consumidores se beneficiariam desses esquemas. Os primeiros poderiam garantir a qualidade do produto comercializado sem que os excedentes não vendáveis derrubassem os preços praticados e sem que os custos de descarte de produtos fora dos padrões de conformidade pudessem pressionar as margens. Os consumidores, por sua vez, poderiam se beneficiar com a boa qualidade do produto e possivelmente com preços mais baixos. Já os consumidores que hoje estão à margem do mercado teriam acesso a uma alimentação de qualidade, atendendo emergencialmente as suas necessidades (BELIK; CUNHA; COSTA, 2012).

A transparência de informações contribui para a permanência dos doadores, e em função da importância desse fato a presente pesquisa questionou os Bancos de Alimentos sobre a forma de devolutiva dada a seus parceiros, que pode ser visualizado no quadro 5.

Repassa de informações sobre as doações aos doadores	BA1	BA2	BA3	BA4	BA5	BA6
Nenhuma					X	
Relatórios: somente para alguns doadores -atendimento externo: após uma semana com nome e assinatura e quantidades de pessoas que residem na casa - atendimento interno – quantidade de assistidos	X					
Carta de agradecimento após doação e anualmente o doador é incluído no relatório de atividades.		X				
Relatório anual (janeiro) constando IS atendidas, nº de pessoas, quantidade arrecadada pelo programa				X		
Quando o doador solicita faz relatório específico				X		
Relatório no final do mês, dividido em duas partes: Geral (quantidade de alimentos arrecadados, % de alimentos mais doados, quantidade de empresas, IS e nº pessoas atendidas) e o Específico com os seus dados.			X			
Carta de agradecimento mensal com volume que foi aproveitado das doações, quais entidades e quantas pessoas beneficiadas						X
Jornal interno mensal						X

**Quadro 5 - Repasse de informações sobre as doações do ano de 2012 aos doadores pelos Bancos de Alimentos da cidade de São Paulo.**

Diversas foram as formas utilizadas pelos Bancos de Alimentos para o envio de informações aos seus respectivos doadores. A devolutiva para alguns foi sistematizada e com frequência estabelecida, em outros ela ocorre de forma esporádica, e um dos Bancos de Alimentos, que não fez repasse das informações aos doadores no ano de 2012. O repasse das informações aos doadores elucida o seu papel e importância no programa Banco de Alimentos, podendo constituir uma maneira de chamar a sua atenção para a necessidade de construção de um novo comportamento humano, solidário e ético, em que cada indivíduo (cada brasileiro) fosse responsável ou corresponsável pelo perfil de fome do país e sua consequente superação.

## 4.2 O Banco de Alimentos e o Direito Humano a Alimentação Adequada

Em 1943, o presidente Franklin D. Roosevelt promoveu uma conferência em Hot Spring, na Virgínia (Estados Unidos), para tratar do problema da subnutrição e, pela primeira vez na história, representantes de 44 países discutiram a respeito da melhor estratégia a ser utilizada para solucionar este grave problema. O resultado do encontro foi a criação da FAO (*Food and Agriculture Organization*), organismo das Nações Unidas que transformou o enfoque da alimentação e da agricultura no mundo (FAO, 2014).

A FAO foi criada em 16 de outubro de 1945 e tem como objetivo auxiliar os países membros no combate à fome, no desenvolvimento agrícola, na melhoria da nutrição, no estímulo à criação de políticas de segurança alimentar, na gestão sustentável de recursos hídricos e no desenvolvimento de atividades florestais e pesqueiras, com a finalidade de assegurar uma boa nutrição a todos (CUNHA, 2010).

Em 1946, o médico, sociólogo e geógrafo Josué de Castro publicou o livro *Geografia da Fome* que permitiu que a sociedade e a comunidade científica comesçassem a compreender que a fome não era um fato resultante de fatores climáticos e naturais ou resultado de uma fatalidade. Josué de Castro defendia que a fome é um fenômeno social, criação do homem, portanto responsabilidade dos próprios homens e dos governos e não da natureza, fato hoje plenamente reconhecido. Demonstrou que a fome exige além do aumento da produtividade agrícola, uma melhor distribuição e acesso aos alimentos (CASTRO, 2010; TAPAJÓS; RODRIGUES; COELHO, 2010; ARANHA, 2010; MENEZES, 2010; LEÃO, RECINE, 2011).

Josué de Castro afirma que a fome é a expressão do desenvolvimento dos países ricos que se sustenta na exploração dos países pobres, provocando-lhes a fome aguda e a fome crônica. A fome aguda refere-se à inanição, fenômeno limitado a áreas de extrema miséria. Já a fome crônica é a falta permanente de determinados nutrientes, nos regimes habituais dos países subdesenvolvidos e até de uma pequena parcela dos desenvolvidos, provocando a morte lenta das pessoas, apesar de comerem todos os dias; é caracterizada pela ausência ou presença de certos nutrientes em quantidades exageradas (CASTRO, 2010).

A fome é uma privação de direitos: à vida, à autonomia individual, à liberdade, à felicidade. Por isso, pode-se definir fome como a marca maior da desigualdade social e como uma violência contra a vida (TAPAJÓS; RODRIGUES; COELHO, 2010).

Em 1993 foi publicado o “Mapa da Fome: subsídios à formulação de uma Política de Segurança Alimentar”, por solicitação do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, representando o Movimento pela Ética na Política. A partir do custo da cesta básica de alimentos por região do país, verificou-se que 32 milhões de pessoas, viviam em famílias com uma renda igual ou inferior ao valor da cesta básica, portanto incluídas no grupo daqueles que passam fome, já que a renda deveria atender as despesas com alimentação, moradia, transporte, saúde, educação, vestuário etc. (PELIANO, 2010).

Em 1996, a Cúpula Mundial de Alimentação, reunida em Roma, com a presença de 186 países acordou em reduzir pela metade o número de desnutridos até o ano de 2015 (CASTRO, 2010).

Diante da crise financeira e econômica que atingiu todas as nações a partir de 2007, a FAO avaliou que a fome atingiria 1,02 bilhões de pessoas no mundo em 2009, o que representa 11% a mais do que em 2008. Uma crise que afetava 1/6 da população global. Em setembro de 2010, a FAO admite que a fome no mundo tenha diminuído pela primeira vez em 15 anos, embora os números ainda fossem perturbadores (CASTRO, 2010).

A fome é a face mais amarga do retrato de uma sociedade que exhibe índices de desigualdades sociais inadmissíveis frente aos níveis de riqueza alcançados pelo País. Extirpar essa mazela é mais do que uma prioridade é uma obrigação, pois a alimentação foi elevada à condição de direito constitucionalmente reconhecido, tornando não mais uma opção de governo, mas uma obrigação de Estado (PELIANO, 2010).

No Brasil, observou-se décadas de numerosas decisões governamentais equivocadas, resultando em maior desigualdade comprometendo a dignidade dos cidadãos, na medida em que não conseguem fazer frente às despesas para sua manutenção e de suas famílias (CASTRO, 2010). O Brasil entrou no século XXI com

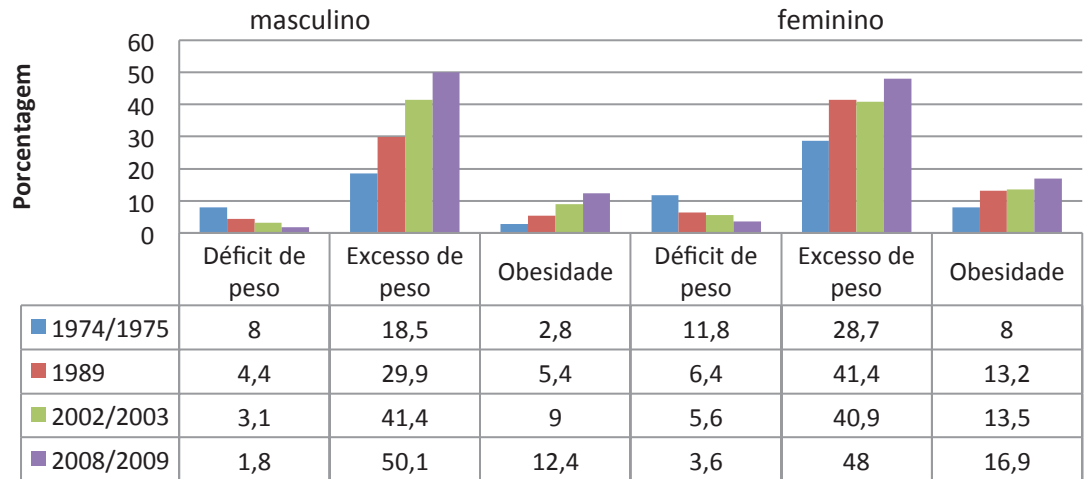
um contingente de 23 milhões de pessoas que ainda não possuíam renda para garantir uma alimentação adequada (PELIANO, 2010).

O mundo enfrenta a agudização de uma crise alimentar crônica, que já se prolonga há várias décadas. Desde que a FAO passou a produzir estimativas oficiais, foi constatado que mais de 2 bilhões de seres humanos continuam a sofrer as consequências da deficiência de micronutrientes. Para completar a gravidade do quadro nutricional mundial, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que mais de 1 bilhão de indivíduos apresentem sobrepeso, o que contribui para a maior morbidade e mortalidade, e redução da qualidade de vida. Em muitos casos, a obesidade coexiste com a desnutrição e a deficiência de micronutrientes (FAO, 2014).

Revisão de estudos realizados desde a década de 1980 até o início da década de 2000 demonstra que a prevalência de obesidade em adultos de países em desenvolvimento é alta e não se limita à condição socioeconômica privilegiada (MONDINI; GIMENO, 2011). Cerca de 2,8 milhões de pessoas morrem no mundo a cada ano em decorrência do excesso de peso ou da obesidade (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2009).

No Brasil, é crescente a preocupação com o excesso de peso e a obesidade (BRASIL, 2011b). A proporção de adultos com excesso de peso tem aumentando de forma progressiva em todos os inquéritos realizados, conforme pode ser visualizado no gráfico a seguir.

**Gráfico 1- Prevalência de desvios nutricionais na população com 20 ou mais anos de idade, Brasil, segundo gênero, nos períodos 1974-1975, 1989 e 2002-2003 e 2008-2009.**



Fontes: 1974/1975 (IBGE, 1974/1975); PNSN, 1989 (INAN, 1990); POF, 2002/2003 (BRASIL, 2004); POF, 2008/2009 (BRASIL, 2011a)

Desde a década de 70, o Brasil vem passando por um processo de transformação do estado nutricional da população, denominado “transição nutricional”, com diminuição da desnutrição e maiores proporções de obesos, como revelam os dados das pesquisas citadas acima (SÃO PAULO, 2010b; BATISTA FILHO; ASSIS; KAC, 2007).

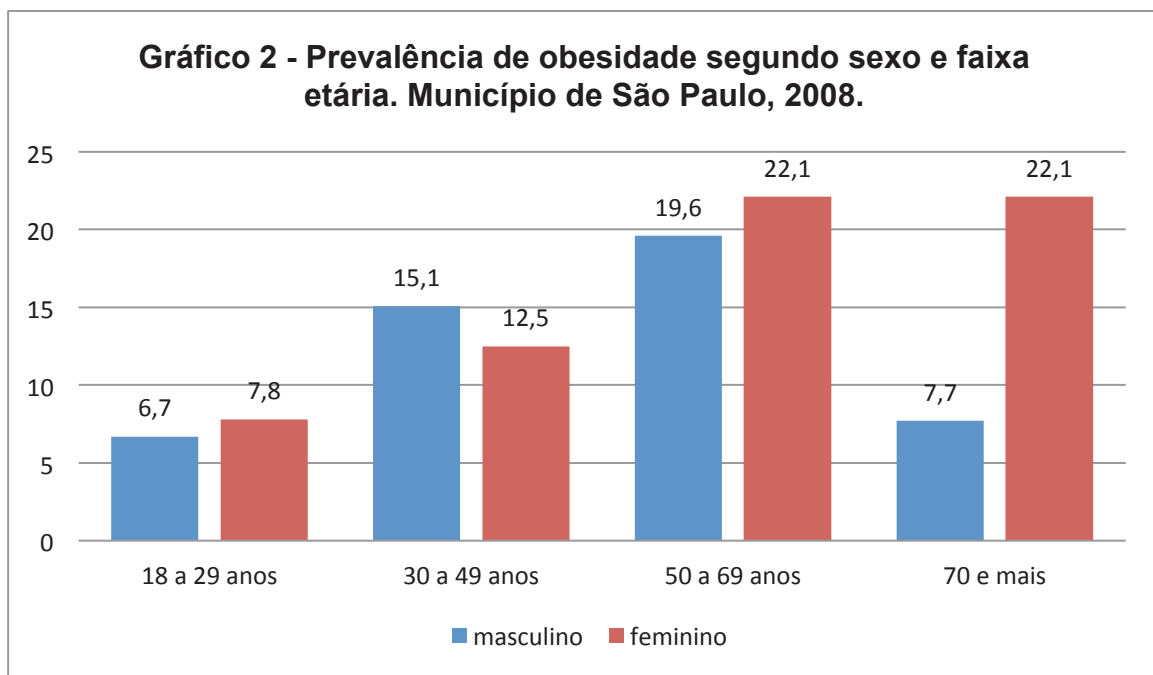
A desnutrição deixa de ser um problema de saúde pública em adultos no Brasil, segundo os dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) 2008/2009 (BRASIL, 2010c), pois os valores encontram-se dentro dos critérios da Organização Mundial da Saúde, que considera normal 3 a 5% de pessoas com IMC menor que 18,5 kg/m<sup>2</sup> em um país, pela existência natural de pessoas constitucionalmente magras (BELIK, 2003).

Por outro lado, os dados da pesquisa Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico – VIGITEL 2012 (BRASIL, 2013b) são alarmantes, indicando uma prevalência de excesso de peso nos adultos das capitais do Brasil de 51,0% (54,5% em homens e 48,1% em mulheres), e obesidade de 17,4% (16,5% em homens e 18,2% em mulheres). Observou-se que no período 2006-2012 houve um aumento médio de excesso de peso em 1,16 pontos percentuais (pp) ao ano entre os homens, enquanto, entre as mulheres, esse

aumento foi de 1,62 pp ao ano. Nesse período a obesidade aumentou, em média, 0,72 pp ao ano em homens e 1,04 pp em mulheres.

O excesso de peso e a obesidade entre jovens e crianças também têm sido preocupantes. A avaliação do estado nutricional de crianças de 5 a 9 anos de idade, estudada pela POF 2008-2009, mostrou que o excesso de peso e a obesidade já atingem 33,5% e 14,3%, respectivamente. Em relação aos adolescentes detectou-se excesso de peso em 31,7 e 19,4%, nos gêneros masculino e feminino respectivamente e 5,9 e 4% em relação à obesidade (BRASIL, 2010a).

O Inquérito de Saúde realizado na cidade de São Paulo (ISA – Capital) em 2008, financiado pela Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, entrevistou 3.271 pessoas, sendo 47,4% do gênero masculino e 52,6% feminino. Os dados de peso e altura foram referidos pelos pesquisados, e classificados como obesos os indivíduos com Índice de Massa Corporal (IMC) maior ou igual a 30 Kg/m<sup>2</sup>. A prevalência de obesidade da cidade de São Paulo (Gráfico 2) apresentou gravidade muito semelhante à encontrada na pesquisa nacional POF 2008/2009 (BRASIL, 2010a).



Fonte: ISA-Capital 2008 (SÃO PAULO, 2010a)

A obesidade e a alimentação inadequada constituem fatores de risco importantes no desenvolvimento das doenças crônicas não transmissíveis – DCNT. As DCNT constituem problema de saúde de grande magnitude e correspondem a



72% das causas de mortes no Brasil. O Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) no Brasil, 2011-2022 estabeleceu 12 metas, sendo três relativas a redução da obesidade nas crianças, adolescentes e adultos, e duas relativas a alimentação: aumentar o consumo de frutas, legumes e verduras e reduzir o consumo médio de sal (BRASIL, 2011b).

Outro problema do excesso de peso é que esses indivíduos podem ter alguma carência nutricional, principalmente de micronutrientes (BELIK, 2003).

A nutrição é fundamental para a saúde em todas as fases da vida e as deficiências ou excessos alimentares podem ser causa de inúmeros problemas de saúde (SÃO PAULO, 2010b).

Dessa forma, obesidade, doenças crônicas não transmissíveis, carências nutricionais passam a ser novos desafios para a sociedade e requerem com urgência a implantação e operacionalização de programas públicos de promoção e recuperação da saúde, bem como de educação alimentar e promoção de hábitos saudáveis para escolhas conscientes e responsáveis. Estes programas devem atingir todas as camadas sociais para que se vislumbre a manutenção ou melhora da expectativa de vida evitando-se retrocessos, pois essas doenças tendem a encurtar a vida das crianças e jovens hoje acometidos por elas.

O Programa Banco de Alimentos vem em encontro a esses desafios permitindo maior acesso das pessoas em situação de vulnerabilidade aos alimentos saudáveis e à educação alimentar, contribuindo para a melhoria da alimentação e do estado nutricional da população beneficiada (SILVEIRA et al., 2011).

Silveira et al. (2011) ao analisar crianças de 1 a 6 anos de uma creche em Ibirité/Minas Gerais, atendidas por um Banco de Alimentos e comparar os indicadores peso/estatura, peso/idade, IMC/idade e estatura/idade antes e após o recebimento das doações, puderam evidenciar melhoria das médias dos indicadores antropométricos, inclusive nos valores mínimos e máximos de escore-z, apesar da permanência dos desvios nutricionais.

Josué de Castro já destacava a imperiosa necessidade da qualidade da alimentação e a riqueza nutricional dos alimentos. Morre-se de fome também ao se comer mal (TAPAJÓS; RODRIGUES; COELHO, 2010).

Uma alimentação saudável deve conter alimentos dos diversos grupos alimentares para proporcionar ao organismo todos os nutrientes de que ele

necessita (BRASIL, 2008a; GALISA; ESPERANÇA; SÁ, 2008). Baseando-se nesse conceito foram analisadas as doações dos Bancos de Alimentos (quadro 6).

Tipo de alimento	Banco de Alimentos					
	BA1	BA2	BA3	BA4	BA5	BA6
Frutas	X	X	X	X	X	X
Verduras	X	X	X	X	X	X
Legumes	X	X	X	X	X	X
Não perecíveis	X	X	X	Raro		
Carnes		Raro	Raro			
Industrializados		X	X	Raro	X	
Lácteos		X	X			
Congelados (massas)		X	X			

**Quadro 6 - Tipos de alimentos doados às Instituições Sociais pelos Bancos de Alimentos pesquisados. São Paulo, 2012.**

As frutas, legumes e verduras (FLV) constituem os grupos de alimentos doados por todos os Bancos de Alimentos às Instituições Sociais. Carnes, lácteos e congelados necessitam de estrutura logística específica por requererem carro refrigerado e somente os BA 2 e 3 conseguem essa estrutura esporadicamente.

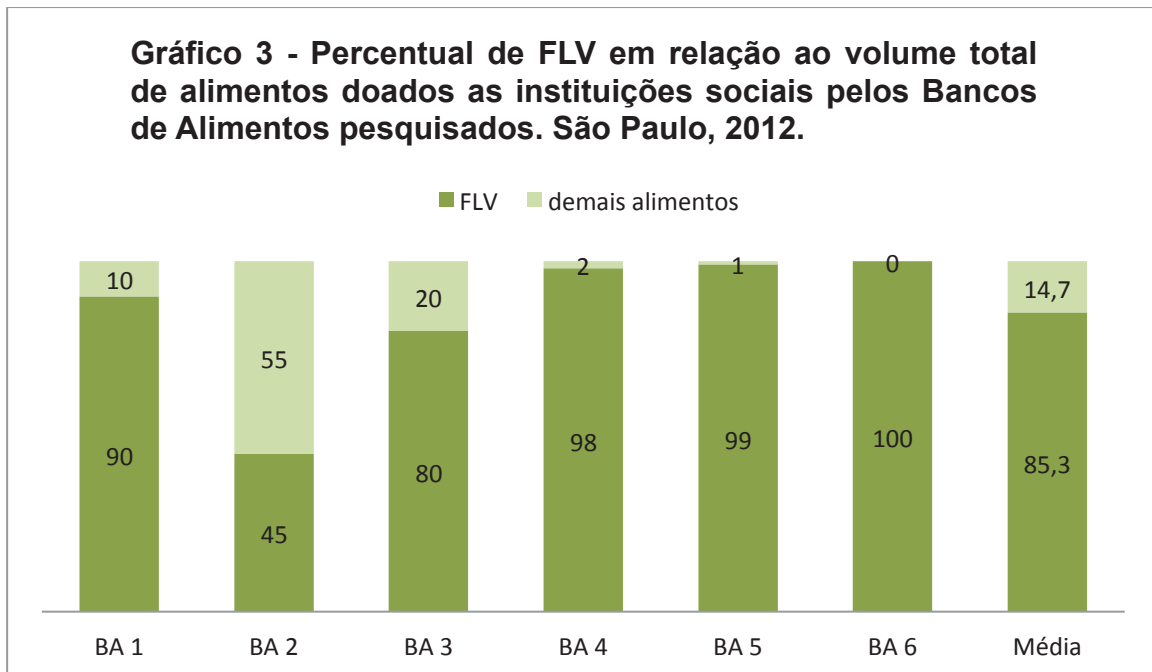
Alimentos não perecíveis chegam aos Bancos de Alimentos por meio de campanhas ou doação por parte de comerciantes em função de datas de validade próximas ou dificuldades no escoamento da produção.

Em relação aos industrializados o BA3 ilustrou alguns motivos de doações por parte das empresas: geleia (em função da cor e consistência não estarem conforme a padronização da empresa), pães (amassados ou ponto de assado fora do padrão) e mudança de embalagem do produto. O BA 5, no item industrializados, encaminha basicamente às Instituições Sociais pães e pão de queijo.

A medida que a sociedade desperta para o caráter essencial da nutrição adequada e busca, nos caminhos da alimentação saudável, a via de acesso mais segura à saúde, a nutrição emerge como incontestável prioridade no horizonte da saúde pública. O acesso a alimentos saudáveis, como os FLV aqui destacados nas doações (vide gráfico 3) contribuem na redução dos riscos de doenças do aparelho circulatório, câncer de estômago e câncer colorretal (BAZZANO; SERDULA; LIU, 2003; RIBOLI; NORAT, 2003).

O Gráfico 3 demonstra que a maior parte das doações dos Bancos de Alimentos pesquisados são de frutas, legumes e verduras (FLV), variando de 45% a

100%, com percentual médio de 85,3% o que corrobora com a pesquisa de Silveira et al. (2011) em um Banco de Alimentos da Central de Abastecimento de Minas Gerais.



No Brasil, mesmo sendo um país rico em frutas, legumes e verduras, evidenciam-se consideráveis desigualdades sociais e econômicas, levando a menor acesso da população a estes alimentos. Os Bancos de Alimentos deste estudo, ao terem como foco principal a distribuição de FLV, contribuem com o aumento no aporte de vitaminas, fibras e minerais do público assistido (BRASIL, 2008a; GALISA; ESPERANÇA; SÁ, 2008). Além da importância nutricional, as frutas, legumes e verduras são componentes essenciais na alimentação pelo potencial de oferecer diversidade de aromas, sabores, cores, formatos e texturas.

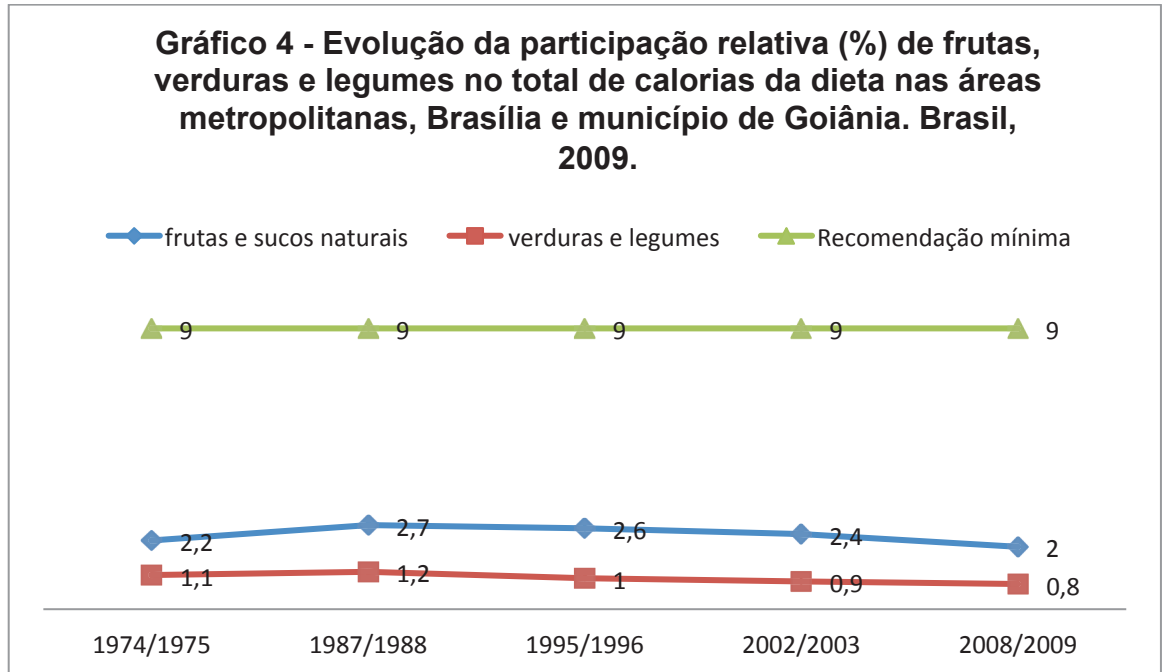
Silveira et al. (2011) compararam a composição nutricional dos cardápios de uma creche antes e após as doações de um Banco de Alimentos de Minas Gerais e evidenciaram que houve maior variabilidade de FLV no cardápio da creche. Em relação aos macro e micronutrientes observou-se diferenças nos valores oferecidos antes e após a doação do Banco de Alimentos, sendo estatisticamente significativa para vitamina A, vitamina C e ferro. O estudo demonstrou claramente que a inclusão dos alimentos doados foi importante, o que pode impactar positivamente no estado nutricional das crianças e na diminuição dos problemas nutricionais.

O Banco Arquidiocesano de Alimentos de Bogotá aumentou o número de doações de FLV, buscando atingir a recomendação internacional de consumo de 5 porções ao dia, assim reduzindo a probabilidade de desenvolvimento de doenças e ter efeito positivo na saúde da comunidade atendida (BEJARANO-RONCANCIO; BECERRA-GRANADOS, 2011).

A baixa ingestão de FLV, segundo o Relatório Mundial de Saúde (WHO, 2003a) está entre os dez principais fatores de risco que contribuem para a mortalidade no mundo. Estima-se que até 2,7 milhões de vidas poderiam ser salvas anualmente em todo o mundo se houvesse incremento no consumo de FLV (WHO, 1990). A Agência Internacional para Pesquisa em Câncer, por meio de uma revisão internacional concluiu que FLV podem diminuir o risco de neoplasias malignas, particularmente as gastrointestinais (VAINIO; BIANCHINI, 2003).

Aumentar o consumo de FLV tem sido um dos principais desafios para a saúde pública, segundo o Diretor da Divisão de Alimentação e Nutrição da FAO, Kraisid Tontisirin (FAO, 2006). Destacam-se no enfrentamento desse desafio, os Bancos de Alimentos por constituírem uma política importante para minimizar o baixo consumo de FLV pela população brasileira detectado em diversas pesquisas nacionais.

Nos inquéritos realizados no período de 1974 a 2008/2009 (vide gráfico 4) observa-se estagnação do consumo de FLV em patamares bastante aquém das recomendações de 9% a 12% das calorias totais de uma dieta de 2.000 kcal, o que representa cerca de 400 gramas diários (WHO, 2003b).



Fontes: 1974/1975 (IBGE, 1974/1975); PNSN, 1989 (INAN, 1990); POF, 2002/2003 (BRASIL, 2004); POF, 2008/2009 (BRASIL, 2011a)

Outro estudo que estimou consumo de frutas, legumes e verduras por adultos brasileiros verificou que apenas 41,0% dos adultos relataram ingestão diária de frutas, quanto aos legumes e verduras o panorama apresentou-se pior, pois somente 30,0% relataram consumo diário (JAIME; MONTEIRO, 2005).

Pesquisa, realizada em 2011, com 1420 indivíduos de 20 a 79 anos de ambos os gêneros, sobre o consumo de FLV pela população brasileira mostrou que 63% e 31% não consumiram frutas, legumes e verduras, respectivamente, no dia anterior à entrevista. A média entre aqueles que consumiram foi de 16,3 vezes ao mês de frutas e 19,2 vezes para legumes e verduras (PESQUISA QUANTITATIVA, 2011).

A pesquisa Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico – VIGITEL 2012 (BRASIL, 2013b) relatou que somente 17,6% da população adulta das capitais do Brasil e do Distrito Federal apresentaram consumo recomendado de frutas, legumes e verduras.

No município de São Paulo essa problemática é igualmente verificada, conforme os dados da pesquisa realizada no período de 1971-1999, que analisou a evolução da disponibilidade domiciliar de alimentos nesse município, observando redução no consumo de frutas, legumes e verduras (CLARO; MACHADO; BANDONI, 2007).

Outro estudo realizado entre outubro e dezembro de 2003, no município de São Paulo, por meio de entrevistas telefônicas em amostra probabilística de 2.122 adultos concluiu que a frequência do consumo de frutas, legumes e verduras estava aquém das recomendações atuais, em especial entre os mais jovens e aqueles de baixa escolaridade (FIGUEIREDO; JAIME; MONTEIRO, 2008).

Segundo a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) ocorrida nos anos 2008 e 2009 (BRASIL, 2011a), além do consumo de frutas, verduras e legumes estar muito abaixo da recomendação houve aumento no consumo de refrigerantes e biscoitos comprometendo ainda mais o estado nutricional das pessoas.

Os Bancos de Alimentos podem contribuir para melhorar essa realidade, pois o incentivo e disponibilização de FLV podem ajudar a substituir os alimentos com altas concentrações de gordura saturadas, açúcar e sal (GOMES, 2011).

O Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT) no Brasil, 2011-2022 (BRASIL, 2011b) apresenta nas metas nacionais propostas, o aumento do consumo de frutas, legumes e verduras e a redução da prevalência de obesidade, por meio do aumento da oferta de alimentos saudáveis. Para tanto, busca o estabelecimento de parcerias e acordos com a sociedade civil (agricultores familiares, pequenas associações e outros) para o aumento da produção e da oferta de alimentos *in natura*; e apoia iniciativas intersetoriais para o aumento da oferta de alimentos básicos e minimamente processados, o que constitui o papel dos Bancos de Alimentos.

Objetivando discutir a qualidade das doações indagou-se sobre os critérios de aceite que estão demonstrados no quadro 7.

Critérios para aceite de doações	Banco de Alimentos					
	BA1	BA2	BA3	BA4	BA5	BA6
Condições mínimas de conservação	X	X	X	X	X	X
Seleciona os alimentos no ponto de doação		X	X	X	X	
Prazo de validade	X	X	X	X		
Embalagem íntegra com identificação	X	X	X	X		
Armazenamento distante de agente contaminante	X	X	X	X	X	X
Recusa de bebidas alcoólicas	X	X	X	X	X	X
Recusa de Preparações/refeições prontas	X	X	X	X	X	X
Aceite de alimentos industrializados em geral	X	X	X	X	X	

**Quadro 7 - Critérios para aceite de doações pelos Bancos de Alimentos da cidade de São Paulo pesquisados. São Paulo, 2012.**

As doações devem estar próprias para o consumo, caso contrário os Bancos de Alimentos não direcionam esses alimentos às Instituições Sociais. Essa análise é realizada pelos BA 2, 3, 4, e 5 no ponto de doação, por funcionários treinados, tendo um dos Bancos um manual muito detalhado com os critérios para essa seleção, específicos para cada alimento. O BA6 faz a seleção após receber a doação, mas somente a aceita se tiver no mínimo 50% de aproveitamento do volume a ser doado.

O prazo de validade e embalagem íntegra não foram citados pelos BA5 e 6 por esse quesito não se aplicar, já que as doações são em quase sua totalidade de FLV.

Todos possuem preocupação com agentes contaminantes armazenados próximos aos alimentos, como produtos químicos ou lixo. Essa contaminação química ou biológica inviabiliza a utilização desses alimentos para seres humanos, conforme defendido no conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), da Cúpula Mundial de Alimentação (1999):

Existe segurança alimentar quando pessoas têm, a todo o momento, acesso físico e econômico a alimentos **seguros**, (grifo nosso) nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e sã.

O conceito sobre alimento seguro é reforçado pelas legislações: portaria 5, do Centro de Vigilância Sanitária, de 09/04/2013, no Capítulo III, seção II, artigo 26 (SÃO PAULO, 2013) e portaria 2619, de 06/12/2011 (SÃO PAULO, 2011) onde destaca que os alimentos devem ser armazenados em local limpo, organizado, ventilado, sem receber luz solar direta, livre de entulho ou material tóxico.

A recusa de doações de bebidas alcoólicas e preparações/refeições prontas é consenso, portanto não praticado pelos Bancos de Alimentos da cidade de São Paulo.

As bebidas alcoólicas não agregam valor ao programa, portanto realmente devem ser recusadas, pois o uso nocivo do álcool é responsável por 2,3 milhões de mortes a cada ano, correspondendo a 3,8% de todas as mortes no mundo (WHO, 2009).

As preparações/refeições prontas apresentam alto grau de perecibilidade e riscos para intoxicação alimentar, pois não sofrerão nenhum outro tipo de tratamento antes do consumo, o que levou os Bancos de Alimentos da cidade de São Paulo a não arrecadar essas preparações. Essa decisão baseia-se na não maleficência, preconizada por Hipócrates, no seu juramento, orientando que se evite todo o mal

aos pacientes, aqui entendidos como assistidos. Portanto é obrigação do nutricionista proteger os indivíduos de problemas de saúde e evitar riscos desnecessários (DURAND, 2003; CASTRO; RODRIGUES, 2008).

Isso não significa que esse procedimento seja padrão no Programa Banco de Alimentos. O aceite de refeições prontas é uma prática da rede de Bancos de Alimentos americana denominada *Feeding America* (2013).

A decisão de não arrecadar alimentos prontos pelos Bancos de Alimentos fundamenta-se nos riscos de contaminação, mas esclarece-se que não há impedimento legal à esse procedimento, como pode ser verificado na portaria 5, do Centro de Vigilância Sanitária, de 09/04/2013, no artigo 51, da seção V:

Art. 51. É permitida a reutilização de alimentos para fins de doação gratuita, incluindo-se as sobras, em quaisquer das etapas da produção, desde que tenham sido elaborados com observância das Boas Práticas, descritas nesta norma, entre outras estabelecidas pela legislação sanitária vigente. As sobras de alimentos não incluem os restos dos pratos dos consumidores (SÃO PAULO, 2013).

A logística de distribuição das arrecadações dos Bancos de Alimentos teria dificuldade de garantir pelo menos duas das regras de ouro da OMS para a preparação higiênica dos alimentos (SILVA JÚNIOR, 2014), o que geraria risco de Doenças Transmitidas pelos Alimentos (DTAs). A primeira recomenda que o armazenamento de alimentos prontos por mais de quatro a cinco horas deve ser feito mantendo-os em condições de calor (em torno de 60°C) ou de frio (em torno ou abaixo de 10°C); e a segunda refere que o reaquecimento das preparações prontas implica que todas as partes do alimento alcancem, pelo menos, 70°C.

Alimentos industrializados em geral, como sucos, sopas, pães, panetones, geleias etc., são aceitos por todos os Bancos de Alimentos pesquisados, exceto o BA6, pois não constitui seu foco de arrecadação. A justificativa de aceitar esses alimentos, mesmo que seu valor nutricional não seja de excelência como os FLV é que todos os indivíduos devem ter o seu direito a acesso garantido, pois a liberdade das pessoas escolherem seu próprio alimento está relacionada à dignidade humana (ARANHA, 2010). Deve-se aqui destacar que o ato de comer, além de satisfazer as necessidades biológicas é também fonte de prazer, de socialização e de expressão cultural (BRASIL, 2012a).

Portanto, a autonomia e o poder de escolha dos indivíduos devem ser valorizados, sem, contudo, comprometer seu comportamento alimentar o que é



preocupação dos profissionais dos Bancos de Alimentos no momento de distribuir essas doações às Instituições Sociais. O planejamento é pensado em função de não permitir grande frequência desses produtos e analisa-se a faixa etária de menor risco nutricional.

O quadro 8 demonstra a abrangência e especificações do público assistido pelos Bancos de Alimentos pesquisados.

Banco de Alimentos	Número de IS atendidas por mês	Frequência das doações	Pessoas assistidas/ Dia	Predomínio da Faixa etária atendida
BA1	198	Bimestral	1.643	sem registro de assistidos por idade
BA2	51	semanal	22.537	1ºadultos;2ºcrianças e 3ºidosos
BA3	245	Semanal	59.863	60,5% crianças e adolescentes
BA4	47	Semanal	7.000	80% crianças
BA5	26	Semanal	3.500	80% crianças e adolescentes
BA6	160	Semanal	644.405	sem registro de assistidos por idade
Total	727		738.948	

**Quadro 8 - Quantidade de Instituições Sociais (IS) beneficiadas pelos Bancos de Alimentos pesquisados e suas características. São Paulo, 2012.**

O número de Instituições Sociais atendidas pelos Bancos de Alimentos da cidade de São Paulo, no ano de 2012, foi de 727, o que demonstra expressivo benefício social e comunitário. Buscando análise comparativa, levantou-se os dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o que não foi encontrado no site oficial. Em contato por e-mail, em 18/07/2013, a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional informou os dados do ano de 2012, referentes as entidades sociais atendidas pelos Bancos de Alimentos do Brasil e do estado São Paulo (Tabela 2). Não há informações sobre a cidade de São Paulo, pois conforme já foi discutido no tópico 4.1, o MDS não tem registro de Bancos de Alimentos na cidade de São Paulo.

**Tabela 2 - Quantidade de entidades sociais atendidas pelos Bancos de Alimentos, segundo região. Ministério do Desenvolvimento Social, 2012.**

Número de entidades atendidas	Brasil	São Paulo
Total de entidades	1.868	488
Média de entidades atendidas/mês	155,67	37,33

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

As entidades atendidas por mês pelos Bancos de Alimentos da cidade de São Paulo representam valores muito superiores aos registrados no estado de São Paulo e até no Brasil, segundo o MDS. Destaca-se que a frequência de doações de alimentos a essas instituições é semanal em cinco dos seis Bancos de Alimentos pesquisados.

Segundo a Estratégia Fome Zero, os principais beneficiários dos Bancos de Alimentos são as entidades sócio-assistenciais que atendem pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, por meio de produção e fornecimento de refeições. Estão entre eles os mais diversos tipos de entidades: creches, abrigos, casas para idosos, centros de recuperação, projetos sociais, entre outros (INFORMAÇÕES, 2010).

O público atendido pelos Bancos de Alimentos da cidade de São Paulo foi de 738.948 por dia, demonstrando contribuição relevante aos excluídos da sociedade, resultado esse talvez pela consciência dos doadores, de que todos podem estar em situação de vulnerabilidade, o que os vincula e os une uns aos outros em prol de um objetivo comum (HOSSNE, 2009a); no entanto, pode ser considerado um número bastante reduzido de pessoas, quando analisado segundo o potencial de beneficiários na população em estado de insegurança alimentar, dada a dimensão da cidade de São Paulo.

Em relação às faixas etárias dos assistidos pelo programa verificou-se na pesquisa que todas são atendidas pelos Bancos de Alimentos, mas com perfil diferenciado de faixa etária predominante no atendimento de cada banco. A Pesquisa desenvolvida no Banco Arquidiocesano de Alimentos de Bogotá verificou heterogeneidade na caracterização do público atendido em relação às variáveis

gênero, idade e grupo etário (BEJARANO-RONCANCIO; BECERRA-GRANADOS, 2011).

Buscando maior profundidade na análise da situação de vulnerabilidade do público assistido inqueriu-se sobre a atenção à pessoas em situações especiais (Quadro 9).

Vulnerabilidades	Bancos de Alimentos					
	BA1	BA2	BA3	BA4	BA5	BA6
Deficientes físicos	X	X	X	X	X	X
Deficientes mentais	X	X	X	X	X	X
Em situação de rua			X	X		X
Pessoas vivendo com HIV/Aids		X	X	X		X
Portadores de câncer		X	X		X	X
Dependente químico		X			X	X

**Quadro 9 - Público assistido pelos Bancos de Alimentos da cidade de São Paulo, em estado de vulnerabilidade, 2012.**

Os Bancos de Alimentos pesquisados têm a preocupação de atender, não só as pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, mas incrementar os padrões nutricionais entre os mais necessitados, respeitando o conceito de equidade. A vulnerabilidade não diz respeito apenas ao baixo nível de renda, mas à privação das capacidades básicas dos indivíduos, que lhes limita as oportunidades da vida, são excluídos do processo produtivo, perdem a autoestima e a confiança, portanto demandam uma atenção dos governos e da sociedade civil (TAPAJÓS; ABREU, 2010).

A atuação dos Bancos de Alimentos não se trata de uma ação para matar a fome de indivíduos em situação de vulnerabilidade, mas sim de colocá-los na cadeia produtiva, criando autonomia, formando um círculo vicioso de mais independência e igualdade até o fortalecimento da cidadania. A atuação dos Bancos deve, ainda, permitir que as pessoas tenham condições de se alimentar dignamente com regularidade, quantidade e qualidade necessárias à manutenção de sua saúde física e mental.

Se, por princípio, o trato do alimento exige completo zelo, tanto mais imperioso se torna esse zelo quando se trata de alimentos direcionados aos mais necessitados. Deve-se empreender todos os esforços para garantir que o investimento esteja, efetivamente, chegando aos que precisam e, principalmente,

fazendo diferença na vida de cada um e da coletividade (VAITSMAN; RODRIGUES; PAES-SOUSA, 2006). Nesse sentido se destaca o papel das universidades como parceiros contribuindo com o conhecimento técnico científico (vide tabela 3).

**Tabela 3 - Parceria dos Bancos de Alimentos com as universidades. Município de São Paulo, 2012.**

Banco de Alimentos	Universidades parceiras	número de alunos
BA1	A	30
BA2	B	19
BA3	B	14
BA4	B e C	8
BA5	B	11
BA6	B	10
Total	3 Universidades	92

Todos os Bancos de Alimentos da cidade de São Paulo possuem parceria com universidades, envolvendo três instituições, o que é positivo segundo Belik (2003), pois tecnologia, conhecimento e ação educacional são fatores decisivos para enfrentar a pobreza e a fome.

As possibilidades de contribuição do ensino superior também estão presentes no Relatório Final da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA, 2004), com a recomendação de que se deve subsidiar a articulação entre o setor de educação, ensino, pesquisa, ONGs, saúde para a realização de ações de extensão e pesquisa visando à promoção da Alimentação Saudável.

Durante o ano de 2012, 92 graduandos do curso de Nutrição, em sistema de rodízio, permaneceram nos Bancos de Alimentos e/ou nas Instituições Sociais cadastradas a título de estágio, desenvolvendo trabalhos de pesquisa ou de intervenções na comunidade.

Os estagiários refletindo sobre as realidades e experiências locais, verificando o que as pessoas pensam e o que querem, elaborando e aplicando intervenções a partir das necessidades e especificidades de cada instituição social podem contribuir para melhorar os hábitos alimentares, a saúde e colaborar para uma vida melhor (SPERENDIO; CORREA, 2009).

A importância da universidade tem reflexo na composição dos Conselhos de Segurança Alimentar, sendo que, no Conselho Municipal de Segurança Alimentar da cidade de São Paulo, a autora dessa pesquisa representa uma instituição de ensino

privada, no setor sociedade civil, como conselheira titular além de pertencer ao Grupo de Trabalho sobre diagnóstico da insegurança alimentar na cidade de São Paulo, que tem por finalidade orientar o direcionamento das políticas públicas municipais.

Exemplo dessa orientação tem-se o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte (COMUSAN), que teve participação ativa na criação de rede de cooperação entre Bancos de Alimentos da Rede Municipal de Belo Horizonte. A construção desta rede não partiu de proposição *top down*, mas da participação efetiva dos profissionais responsáveis pela coordenação do programa em diversas unidades de Bancos de Alimentos de gestão pública em parceria com uma instituição de ensino superior (BELIK; CUNHA; COSTA, 2012).

O envolvimento das universidades está relacionado à sua responsabilidade social, de retornar para a sociedade, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, conhecimentos, tecnologias, metodologias, informações e ações para o alcance progressivo do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA).

O Direito Humano à Alimentação Adequada é realizado quando cada homem, mulher ou criança tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção (ARANHA, 2010).

A alimentação, de longa data, constitui um direito fundamental à garantia da sobrevivência e manutenção da saúde e dignidade das populações, conforme previsto no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Todo indivíduo tem o direito a um padrão de vida adequado que assegure a si, assim como a sua família, saúde e bem-estar, em especial **alimentação** (grifo nosso), vestuário, habitação, assistência médica e serviços sociais necessários; [...]”

Também o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Artigos 2 e 11) e a Carta das Nações Unidas (Artigos 55 e 56) afirmam que o direito à alimentação deve ser assegurado a todos os seres humanos (PLATAFORMA BRASILEIRA DHESC, 2004). Além destes documentos, que incluem a questão do direito à alimentação, dentre outros, há documentos específicos, tais como a Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial, resultante da Cúpula Mundial sobre Alimentação (1999) e as Diretrizes Voluntárias para o Direito à Alimentação, da FAO (2004).

Em 2004, o Brasil aderiu, juntamente com 187 países, às diretrizes Voluntárias para Direito à Alimentação, que consistem em proporcionar uma

orientação prática às nações, no que se refere aos seus esforços para conseguir a realização progressiva do direito humano a uma alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional (CUNHA, 2010).

A Lei Federal nº 11.346/2006 (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN) objetiva assegurar o direito humano à alimentação adequada no país. Consagrou-se, assim, a noção de que todos têm o direito ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

No Brasil, a partir de fevereiro de 2010, a alimentação foi incluída entre os direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição Federal, o que implica que este direito não pode ser facilmente retirado e garante uma maior segurança, pois impõe que todas as ramificações do Estado tomem medidas para o respeitar, proteger e cumprir. Ao mesmo tempo, o reconhecimento constitucional é um passo importante para empoderar as pessoas na promoção à alimentação saudável, uma vez que podem exigir políticas adequadas e leis que estabeleçam um ambiente propício para essa conquista (SCHUTTER, 2010).

Assegurar o direito humano à alimentação adequada priorizando às pessoas com dificuldades de acesso a alimentos, garantindo a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a inclusão social e a conquista da cidadania de todos os brasileiros em situação de vulnerabilidade social constitui um dos objetivos principais da Estratégia Fome Zero, na qual o programa Banco de Alimentos está incluído no eixo de acesso (ESCRITORIO REGIONAL DA FAO, 2006)

O Banco de Alimentos permite o acesso aos alimentos, melhorando e diversificando a dieta e os hábitos alimentares, valorizando e recuperando os alimentos com alto valor nutricional e ampliando a disponibilidade de FLV, ricos em micronutrientes. O Programa combate à fome, que segundo a *Food and Agriculture Organization* (FAO, 2003) é a expressão da “violação do mais fundamental dos direitos humanos, o direito a uma alimentação suficiente”.

O direito à alimentação adequada deve ser garantido sem discriminação de origem cultural, econômica ou social, etnia, gênero, idioma, religião, opção política. Isso, porém não anula a importância da equidade, pois essa busca o que é justo e a

igualdade entre as pessoas, portanto deve-se priorizar aos grupos em situação de maior vulnerabilidade (LEÃO, RECINE, 2011, HOSSNE, 2009b).

Os Bancos de Alimentos contribuindo com a garantia do direito à alimentação constituem a porta de entrada para o direito à vida, para a cidadania e para a dignidade humana integral (SOUSA, 2010), assim constituindo uma política de emancipação, de inclusão e de justiça social (OLIVEIRA; SCHMIDT, 2010).

A ideia de inclusão, de justiça social, de direitos básicos começando pelo direito à alimentação adequada são conquistas fundamentais para construção da pátria livre, soberana, independente e justa que todos os brasileiros desejam (SOUSA, 2010).

### 4.3 O Banco de Alimentos e o meio ambiente

O combate ao desperdício de alimentos é um dos focos principais da atuação dos Bancos de Alimentos, destinados a recolher, por meio de doações, selecionar e encaminhar alimentos para o consumo humano, por intermédio de aparato logístico ágil (BELIK; CUNHA; COSTA, 2012).

Merece aqui a discussão sobre os fatores que levam os comerciantes a fazerem doações, pois os volumes de alimentos doados tiveram um custo para o comerciante e sua não comercialização representará prejuízo. Esse ponto foi estudado em levantamento realizado junto aos doadores do Banco de Alimentos da Ceasa Minas (BELIK; CUNHA; COSTA, 2012), concluindo que as doações de alimentos para esse banco são resultados de quatro fatores superpostos:

- a ocorrência de excedentes não comercializados, geralmente em período de safra;
- parte das doações ocorre não porque os preços estão baixos, mas ao contrário, altos demais em relação a seus eventuais substitutos e não encontram mercado;
- doações decorrentes de produtos de alta perecibilidade e maturação rápida, que perdem significativamente seu valor para o atacado – neste caso, a doação do produto maduro, mas em ótimas condições de consumo, serve como estratégia para sustentar o patamar de preços do produto; e
- a responsabilidade social, sendo as doações motivadas por iniciativas de solidariedade ou *marketing* social.

A solidariedade, segundo a Declaração do Milênio das Nações Unidas (2000), constitui um dos valores fundamentais para o século XXI. A solidariedade, nesse caso, está muito relacionada a justiça e equidade onde aqueles que sofrem, ou menos beneficiados, merecem a ajuda daqueles em melhores condições. A equidade não necessariamente consegue corrigir as causas da desigualdade, mas pode amenizar suas consequências. O Direito Humano à Alimentação Saudável é um desafio, que deve ser enfrentado de modo que distribua responsabilidades de acordo com os princípios básicos da igualdade e justiça social (HOSSNE, 2009b).

No mundo atual repleto de desigualdades, onde os Direitos Humanos não são respeitados, o agir solidário reconhece a igualdade entre seres humanos, pelo



respeito da diversidade cultural, política e religiosa. Para termos solidariedade é necessário um profundo senso de responsabilidade pelos outros (HOSSNE; SILVA, 2013).

O Banco de Alimentos é um exemplo de solidariedade, o que significa dizer que a própria população é capaz de buscar soluções para suas demandas sociais, por meio da generosidade e com a participação, mesmo que pequena de cada um é possível amenizar um problema de tamanha amplitude social, conhecido hoje como o maior flagelo da humanidade, a FOME (REDE DE BANCOS DE ALIMENTOS DO RIO GRANDE DO SUL, 2013).

Desde sua origem os Bancos de Alimentos estão vinculados a iniciativas filantrópicas locais, muitas de cunho religioso, ancoradas em princípios de solidariedade, ajuda comunitária, a partir da cooperação e do voluntariado, e um forte sentido de combate ao desperdício que hoje se identifica com as causas ambientais e de racionalidade de consumo. Surgem e prosperam como iniciativa não governamental exatamente em países onde há abundância e forte cultura comunitária, oriunda das vivências das privações de guerra e da intolerância ao desperdício (BELIK; CUNHA; COSTA, 2012).

A Declaração do Milênio das Nações Unidas (2000) considera entre os valores fundamentais no século vinte e um, o respeito pela natureza. Somente com os preceitos de desenvolvimento sustentável podem as riquezas imensuráveis dadas a nós pela natureza serem preservadas e passadas aos nossos descendentes. O atual insustentável padrão de produção e consumo deve ser mudado, para o interesse do nosso futuro bem estar e de nossos descendentes. Deve-se adotar em todas as ações ambientais uma nova ética de conservação e de responsabilidade.

No Brasil, a Constituição Federal, promulgada em 05 de outubro de 1988, no Capítulo VI do Meio Ambiente, artigo 225 já declarava que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. A agenda 21, da Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1972, destaca o direito à vida digna em ambiente saudável e o desenvolvimento sustentável baseado na equidade e respeito à natureza (PESSINI; BARCHIFONTAINE, 2012; CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1995).

Apesar de esses documentos indicarem preocupação com o meio ambiente, grande desperdício ainda é constatado em diversos estudos. A Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) identificou a perda de cerca de 30% de todos os alimentos produzidos no mundo, o que representa 1,3 bilhão de toneladas de alimentos (MARTINS; FARIAS, 2002). Pesquisa nos Estados Unidos identificou perda de 27% dos alimentos produzidos, em toda a cadeia, desde a plantação até a mesa dos consumidores (KANTOR et al., 1997). No mesmo país outro estudo detectou em um condado, mais de 10,2 mil toneladas de perdas em toda a cadeia alimentar, no período de um ano (GRIFFIN; SOBAL; LYSON, 2009). Na Finlândia, um estudo nacional identificou 75 mil toneladas/ano ou 12 a 14 kg/finlandês de desperdício evitável de alimentos, em toda a cadeia de abastecimento (SILVENNOINEN et al., 2012).

Perante esse panorama de desrespeito ao meio ambiente a bioética surge como um compromisso urgente, pois o que está em jogo é a vida de nosso planeta e logicamente de todos nós (HOSSNE et al., 2010). Se não for combatido o desperdício de alimentos, as futuras gerações estarão condenadas à fome.

Para superar essas incertezas aqui apresentadas há necessidade de elaboração de uma ética de responsabilidade para com o futuro no aqui e agora, onde todos são convocados a serem proativos e protagonistas. Se não agirmos a tempo, as gerações futuras correrão o risco de simplesmente não existirem, ou, existindo, terão péssimas condições de vida. Daí a necessidade de se construir uma ética ou bioética do futuro a partir de uma perspectiva dos valores (HOSSNE et al., 2010).

Segundo o relatório do The Worldwatch Institute (2011) sem uma produção mais limpa e um consumo mais responsável, é impossível progredir rumo a uma economia mais sustentável. Sem um esforço considerável para alterar os atuais padrões de produção e consumo não é realista almejar uma sociedade mais justa e mais responsável do ponto de vista do uso dos recursos naturais.

Um aspecto importante, mas pouco explorado pelas centrais de abastecimento, é que os Bancos de Alimentos podem se constituir como importante centro de geração de informações nos entrepostos sobre a dinâmica do mercado atacadista, sobre as perdas de produtos, bem como instrumento estratégico para a educação e a orientação alimentar (BELIK; CUNHA; COSTA, 2012).

A Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) administra o Entrepósito Terminal São Paulo (ETSP), um dos maiores centros atacadistas de alimentos do mundo. Por seus portões passam todos os dias cerca de 10 mil toneladas de frutas, verduras, legumes, pescados e flores vindos de 1.500 municípios brasileiros e de outros 18 países. A movimentação de mercadorias beira 250 mil toneladas por mês e responde por quase 60% do abastecimento de hortícolas da Grande São Paulo (ATACADO, 2013).

O presente trabalho pesquisou dados dos Bancos de Alimentos referentes a 2012, portanto para que as análises sejam mais definidas, levantou-se a comercialização do ETSP referentes aos FLV do ano de 2012, apresentados na Tabela 4.

**Tabela 4 - Dados de comercialização do CEAGESP, 2012.**

Grupo de alimentos	Toneladas
Frutas	1.791.677,91
Verduras	231.352,75
Legumes	875.974,62
<b>Total</b>	<b>2.899.005,28</b>

Fonte: DIOPE - Diretoria Técnica e Operacional. SEDES - Seção de Economia e Desenvolvimento

Desse volume de comercialização verificou-se o quanto foi gerado de resíduos em 2012, detalhado na tabela 5. O que se pretende destacar aqui são as perdas, somando o volume de lixo e de composto, esse formado por FLV destinados a produção de adubos orgânicos atingindo cifras de 52.301,10 toneladas no ano.

Entende-se por perdas, a parte física da produção que não é destinada ao consumo, em razão de depreciação da qualidade dos produtos, devido à deterioração, causada por amassamentos, cortes, podridões e outros fatores. Os alimentos são desperdiçados, quando, em boas condições fisiológicas, são desviados do consumo para o lixo (VILELA et al., 2003).

Essa problemática é realçada por Nellemann et al. (2009) que refere que o elevado padrão de perdas, especialmente nas etapas de distribuição alimentar constitui aspecto importante que contribui para agravar a disponibilidade de alimentos nos países.

**Tabela 5 - Relatório Comparativo de Coleta de Resíduos (2012) da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo.**

Item	Toneladas
Lixo	43.787,64
Composto - Reciclagem (¹)	8.513,46
Reciclagem (²)	3.048,07
Total Reciclagem= 1 + 2	11.561,53
Total Resíduos	55.349,17

¹Composto = Restos de frutas, verduras e legumes enviados para produção de adubo orgânico

²Reciclagem = Material como madeira, palha, papelão, FLV, Pescados e Banco de Alimentos.

Fonte: DIOPE - Diretoria Técnica e Operacional. SEDES - Seção de Economia e Desenvolvimento

As perdas começam no campo por ocasião da colheita e no preparo do produto para comercialização; prosseguindo nas centrais de abastecimento e outros atacadistas; na rede varejista e consumidores intermediários e finais (VILELA et al., 2003).

Na central de abastecimento da CEAGESP, o Centro de Qualidade em Horticultura estimou que as perdas na pós colheita são de 23%, devido ao uso de tecnologias inadequadas na conservação. Como exemplo, têm-se as raízes menores de mandioca que são colocadas no fundo das caixas, sofrendo danos mecânicos, o que as torna impróprias para comercialização (MELO; OLIVEIRA; ROSTON, 2013).

A problemática dos resíduos nas centrais de abastecimento é preocupação do CEAGESP, que vem investindo em projetos, dentre eles o Banco de Alimentos, para a sua redução e assim amenizar os problemas ambientais e econômicos, além de gerar ações de cunho social (FAGUNDES et al., 2012).

Na CEAGESP vários permissionários tem buscado ações para reduzir os desperdícios e assim contribuir com a preservação do meio ambiente. A Gramado (2013), atacadista que atua no setor alimentícios desde 1993 esclarece que para

prolongar a durabilidade, os FVL são selecionados por processo automatizado que reduz o manuseio.

A maneira mais fácil encontrada por alguns comerciantes para reduzir perdas e satisfazer os clientes foi o contato com os produtores. O atacadista Nascente, há 12 anos no mercado da CEAGESP preocupado com a qualidade dos FLV estabelece contato entre os funcionários e os produtores (CONTATO, 2013). Outro comerciante relata que sempre que um produto não chega nos padrões, o agricultor responsável é contatado, e esse *feedback* gera uma evolução na cadeia, posicionando-o melhor no mercado (ISSAO, 2013).

O desenvolvimento de parcerias entre produtores, fornecedores, varejistas e atacadistas do CEAGESP permitiu criar um conjunto de medidas de padronização como transporte, entrega e recebimento, contribuindo com a higiene e minimizando perdas. Cerca de 70% das lojas varejistas parceiras contam com um promotor da Dois Cunhados, que ficam responsáveis pela exposição dos FLV e ajudam a definir quais gôndolas devem ser reabastecidas (DOIS CUNHADOS, 2013).

Para reduzir o trânsito de mercadorias e melhorar a qualidade dos produtos frescos ofertados em suas lojas, a rede varejista Walmart (2013) decidiu ampliar a aquisição direta de FLV do produtor. A ordem na companhia é eliminar o intermediário. Segundo Jack Sinclair, vice-presidente de produtos de mercearia do Walmart nos Estados Unidos, a empresa planeja obter diretamente do produtor 80% dos FLV ofertados em seus milhares de estabelecimentos.

O Banco de Alimentos constitui uma forma importante de preservar o meio ambiente, pela redução no desperdício de alimentos, conforme pode ser detectado na tabela 6 sobre os volumes de alimentos arrecadados pelos Bancos que foram destinados ao consumo de grupos em situação de vulnerabilidade.

O volume de gêneros alimentícios distribuídos, ano de 2012, pelos Bancos de Alimentos foi pesquisado no site oficial do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), porém não se obteve essa informação. Em contato por e-mail obteve-se em 18/07/2013, resposta da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional informando os dados referentes ao Brasil e ao estado de São Paulo (Tabela 6). Não há informações sobre o volume da cidade de São Paulo, pois conforme já foi discutido no tópico 4.1, o MDS não tem registro de Bancos de Alimentos na cidade de São Paulo.

**Tabela 6 - Volume de gêneros alimentícios distribuídos pelos Bancos de Alimentos, segundo região. Ministério do Desenvolvimento Social, 2012.**

Volume de gêneros alimentícios	Brasil	São Paulo
Total (kg)	34.661.096,82	14.712.552,67

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

A cidade de São Paulo apresentou volume importante de gêneros alimentícios distribuídos no ano de 2012, sendo de 4.947.032 kg comparando com os dados do Estado de São Paulo (33,6%) e do Brasil (14,3%), como pode ser visualizado na tabela 7. Esse volume distribuído permitiu que grupos em situação de vulnerabilidade tivessem acesso a alimentos saudáveis que seriam descartados caso não existisse o trabalho dos Bancos de Alimentos.

**Tabela 7. Volume de gêneros alimentícios distribuídos no ano de 2012 pelos Bancos de Alimentos da cidade de São Paulo pesquisados. São Paulo, 2012.**

Banco de Alimentos	Volume em kg
BA1	511.123
BA2	422.015
BA3	1.596.952
BA4	192.942
BA5	151.000
BA6	2.073.000
Total	4.947.032

Apesar da importante contribuição dos Bancos de Alimentos, muito ainda precisa ser feito em prol da preservação do meio ambiente, principalmente quando verifica-se que no mesmo ano da presente pesquisa houve um volume de lixo de mais de 43 toneladas na CEAGESP (vide tabela 5) formado em grande parte por alimentos. Esse valor seria em muito ampliado se fossem computados os dados de resíduos dos mercados, supermercados, feiras, enfim de toda a rede de abastecimento da cidade de São Paulo.

A sustentabilidade de nosso planeta deve ser uma preocupação atual, onde deve-se buscar o bem estar de todas as pessoas com a maior eficiência possível de

uso dos recursos naturais (AKATU, 2012). Dentre os recursos naturais será destacado a seguir a água e seu conceito de água virtual.

A água é um recurso finito e vulnerável que deve ser gerenciado de modo integral conforme está declarado no primeiro dos quatro Princípios de Dublin (INTERNATIONAL CONFERENCE ON WATER AND THE ENVIRONMENT, 1992). Os governos e as sociedades precisam dar mais atenção à governança dos seus recursos hidrológicos, pois eles estão envolvidos em todas as atividades humanas de produção e consumo de bens e serviços (REBOUÇAS, 2001). Savenije (2002) completa essa visão dizendo que a valoração da água envolve conceitos sociais, ambientais e éticos além dos econômicos.

Dentro desse panorama há necessidade de discutir “água virtual”, conceituada como a quantidade de água que é usada no processo de produção de um produto agrícola ou industrial (HOEKSTRA; HUNG, 2002)

De acordo com dados do IWMI (INTERNATIONAL WATER MANAGEMENT INSTITUTE, 2003), passa despercebido o fato de que consumimos entre 2.000 e 5.000 litros de água por dia, dependendo do tipo de dieta e cardápio consumido. Isso porque é necessário entre 400 e 500 litros de água para se cultivar 1 quilo de trigo, e até 15.000 litros para se obter 1 quilo de carne.

Nestas circunstâncias, é de fundamental importância o uso da água de forma eficiente e o conceito de água virtual pode ser essencial, pois segundo Hoekstra e Chapagain (2008) a visualização do uso da água escondida (água virtual) atrás de produtos podem ajudar na compreensão do caráter global de água doce e constituir uma base para melhor gestão dos recursos hídricos do planeta.

O Programa Banco de Alimentos contribui com o gerenciamento eficiente da água virtual, pois os alimentos doados requerem grandes volumes de água para sua produção e teriam como destino o lixo. O programa evita o desperdício dos alimentos e indiretamente o desperdício da água utilizada em sua produção.

A expansão da população levou a um aumento na demanda para a água agravado ainda mais pela poluição ambiental (PALANISAMI, 2009).

Nessa linha de pensamento, pode-se evocar os conceitos da ecologia social e da ecologia mental. A ecologia social propõe um desenvolvimento sustentável, ou seja que atenda às necessidades básicas do ser humano, sendo uma delas objeto de estudo dessa tese, a alimentação; sem sacrificar o nosso planeta Terra e as

necessidades das gerações futuras. Segundo a ecologia mental o ser humano deve deixar de ser antropocêntrico e entender que todos os seres da natureza, sejam eles plantas ou animais, são interdependentes e vivem uma teia complexa de relações, e assim respeitar a lei da solidariedade cósmica (PESSINI; BARCHIFONTAINE, 2012).

Perante esse quadro, políticas e estratégias sustentáveis de produção, comercialização e consumo dos alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais devem ser implantadas para buscarmos a soberania alimentar e sustentabilidade de nosso planeta.

O crescimento econômico sustentável pressupõe a redução crescente das desigualdades e exige a ampliação, em uma perspectiva universal, do acesso aos bens e serviços básicos (ARANHA, 2010).

As pessoas não passam fome porque produzimos muito pouco: elas estão famintas porque não tem acesso aos alimentos que estão disponíveis no mercado, ou porque lhes faltam os recursos necessários para produzir seus próprios alimentos (SCHUTTER, 2010).

Nos últimos 65 anos, o mundo tem visto um grande aumento na produção agrícola. A média de disponibilidade de alimentos *per capita* aumentou 40% em relação à população mundial. No entanto, apesar do fato de que está sendo produzido alimento suficiente para atender às necessidades de toda a humanidade, a fome e a desnutrição persistem em uma escala espantosa. O número de famintos ultrapassou a casa de 1 bilhão e mais de 3 bilhões de pessoas sofrem de outras formas de desnutrição, incluindo cerca de 1 bilhão que estão acima do peso ou são obesos (MCMILLAN, 2010).

O Mapa da Fome, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em março de 1993, apresentava um mapeamento da produção agrícola do País e sugestões do enfrentamento do problema alimentar. Ressaltava que a distribuição interna dos alimentos era superior às necessidades diárias de calorias e proteínas de uma população equivalente a brasileira. O Brasil dispõe de 3.280 kcal e de 87 gramas de proteínas per capita/dia para uma recomendação de 2.242 kcal e 53 gramas de proteínas, respectivamente (PELIANO, 2010).

Em 2001, dados da FAO apontam que o Brasil já superou, em muito, a produção de alimentos suficiente para alimentar toda a sua população tendo disponibilidade de 3.000 kcal per capita/dia, mais de mil calorias a mais do que a



recomendada por organismos internacionais de saúde para a população brasileira (ARANHA, 2010).

Além do papel dos Bancos de Alimentos em reduzir o desperdício e dar acesso a grupos em situação de vulnerabilidade, a alimentos saudáveis, o programa nas centrais de abastecimento atua para melhorar a logística de recolhimento de resíduos sólidos, e assim acaba evitando a presença de *catantes* (indivíduos que coletam sobras alimentares para consumo próprio ou familiar) nos entrepostos. Ocorre, então, o resgate da dignidade humana, onde o indivíduo terá acesso aos alimentos não no lixo, mas por uma estrutura logística de arrecadação, acompanhada por nutricionistas que verificam as condições higiênico sanitárias garantindo a inocuidade dos alimentos, além de favorecer o desenvolvimento de iniciativas de segurança alimentar, como a educação alimentar e nutricional.

A promoção de ações de educação alimentar e nutricional perpassa pelos Bancos de Alimentos, que buscam valorizar a adoção de hábitos alimentares regionais saudáveis para a melhoria das condições gerais de saúde da população, além de subsidiar a melhoria das técnicas de processamento e preparo dos alimentos e refeições. Detalhes sobre a cidade de São Paulo podem ser observados no quadro 10.

BA	Nº ações	Nº entidades	Nº pessoas	Público alvo
BA1	10	10	446	Crianças, adolescentes e Merendeiras
BA2	18	51	3.134	Alunos (crianças e adolescentes) Funcionários das IS
BA3	136	245	8.731	Todas as faixas etárias
BA4	16	16	2.000	Todas as faixas etárias
BA4	9	47	270	Funcionários das IS
BA5	9		145	Funcionários das IS
BA6	1	46	46	Funcionários das IS
BA6	12	160	160	Funcionários das IS
BA6	15	--	117	Entidades sociais; doadores; Interessados
total	226	575	15.052	

**Quadro 10 - Caracterização das ações educativas desenvolvidas pelos Bancos de Alimentos da cidade de São Paulo, 2012.**

Todos os Bancos de Alimentos estudados possuem em sua rotina ações educativas, tendo realizado no ano de 2012, 226 ações educativas, envolvendo 575 entidades sociais e 15.052 pessoas. Todos os profissionais entrevistados são

nutricionistas, portanto possuem formação específica para essa atuação e consciência sobre sua relevância.

Os Bancos de Alimentos utilizam a técnica educativa denominada oficina culinária, que constitui ótima prática de promover a alimentação saudável, uma vez que proporciona uma experiência de vivência e reflexão sobre as relações entre alimentação, cultura e saúde com o foco na comida e em tudo o que ela significa (CASTRO, et al., 2007). Essa estratégia pedagógica valoriza os saberes dos participantes, suas necessidades, desejos, crenças e valores com base no diálogo e na troca de experiências (RUTENBERG, et al., 2011).

A oficina culinária ajuda a população a operacionalizar em seu cotidiano, refeições saudáveis que contemplem os princípios do prazer, do custo, da praticidade, do respeito à cultura, da segurança sanitária e do respeito ao meio ambiente (BURLANDY, 2009).

A transmissão de conceitos corretos de nutrição nas ações educativas dos Bancos de Alimentos da cidade de São Paulo, está dentre os seis pontos de atuação do programa Fome Zero, que refere-se ao reforço em programas de educação alimentar e prevenção do consumo de alimentos com altos teores de gordura trans, sódio e outros elementos que afetam a saúde da população, e por serem predominantemente produtos industrializados geram o descarte de embalagens ao meio ambiente (BELIK, 2010).

Dentre as temáticas desenvolvidas pelos Bancos de Alimentos destaca-se o tema aproveitamento integral dos alimentos ligado diretamente a sustentabilidade e redução do desperdício, uma vez que 17% dos alimentos manipulados nos locais de preparo vão indevidamente para o lixo. O motivo, muitas vezes, é a falta de informação sobre as possibilidades de utilização, incluindo-se aí cascas, talos, folhas e ramas desprezadas. Cerca de 60% do lixo domiciliar é composto por alimentos. Isso representa, a cada ano, um volume de 26,3 milhões de toneladas de restos de alimentos desperdiçados. Outras estatísticas demonstram ainda que a quantidade de alimentos em condições de consumo, enviadas para as lixeiras domiciliares, é suficiente para alimentar 19 milhões de pessoas, com três refeições ao dia (ALIMENTE-SE BEM, 2006).

Existem diversos programas que trabalham com essa temática, inclusive produzindo materiais que são utilizados nas ações educativas dos Bancos de Alimentos.

A Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo criou no ano de 1980 o Programa Diga Não ao Desperdício, e em função de sua grande e contínua procura elaborou-se uma série de versões do livro, visando conscientizar a população sobre o aproveitamento integral dos alimentos, minimizando assim o enorme desperdício gerado por falta de informações e tabus, e suas consequências ao meio ambiente.

Outro projeto é Programa Alimente-se Bem, promovido pelo Serviço Social da Indústria - SESI-SP, criado em 1999, com o objetivo de evitar o desperdício e por meio do uso integral dos alimentos contribuir no preparo de refeições equilibradas e econômicas. O projeto foi idealizado a partir de pesquisa realizada com 1.670 funcionários de empresas da zona norte de São Paulo, que revelou baixo consumo de FLV: 42% não consumiam verduras e legumes e 62% frutas; além de grande desperdício. Com base nesses resultados o SESI-SP desenvolveu um trabalho socioeducativo, voltado à população em geral, com informações sobre nutrição e aproveitamento integral dos alimentos (ALIMENTE-SE BEM, 2006).

Uma parceria do SESI-SP com a UNESP de Botucatu permitiu a elaboração da Tabela de Composição Química das partes não convencionais dos alimentos (PROGRAMA ALIMENTE-SE BEM, 2008), que apresenta os dados das análises de cascas, folhas, talos, raízes e sementes utilizadas nas receitas do programa. Os resultados das análises laboratoriais demonstraram que há grande quantidade de nutrientes nas cascas, ramas e folhas, o que corrobora com os resultados do artigo “Análise da composição centesimal das partes não convencionais (cascas, talos, folhas) de 9 frutas e de 8 legumes e verduras”, desenvolvido por Galisa e Galisa (1996), que constatou na maioria das partes não convencionais uma superioridade relativa de alguns macronutrientes, quando comparado com as partes convencionais, justificando portanto a sua introdução na alimentação.

Nos cursos de aproveitamento integral dos alimentos nos Bancos de Alimentos reforça-se muito, por meio de receitas de ótimo sabor e praticidade, a utilização de frutas, legumes e verduras, o que se justifica por ser o grupo de alimentos de grande volume nas doações. A oferta de receitas com esta perspectiva pode ter efeito positivo, tanto no consumo, na medida em que há clara indicação de que o consumo mais frequente está associado a maior variedade de formas de preparo; quanto no meio ambiente pois contribui com sua preservação por meio da redução do desperdício (PESQUISA QUANTITATIVA, 2011).

O tema educação ambiental desenvolvido nas ações dos Bancos de Alimentos da cidade de São Paulo está previsto na Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988, no Capítulo VI do Meio Ambiente, artigo 225 § 1º item VI, onde declara que incumbe ao poder público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

A educação ambiental tem papel fundamental na conscientização da população, pois a atual civilização conseguiu ignorar completamente a mais fundamental de todas as questões – sua própria sustentabilidade, ou seja, as possibilidades do futuro humano (GRÜN, 1996).

Buscando a retomada dessa temática o marco de referência de Educação Alimentar e Nutricional apresenta como primeiro princípio a sustentabilidade social, ambiental e econômica. A sustentabilidade do sistema alimentar requer que a satisfação das necessidades alimentares dos indivíduos no curto e longo prazo não ocorra com o sacrifício dos recursos naturais renováveis e não renováveis e que as relações econômicas e sociais envolvidas nestas etapas se estabeleçam a partir de parâmetros de ética e justiça (BRASIL, 2012b).

Em tal contexto faz-se necessária a educação ambiental desenvolvida pelos Bancos de Alimentos veiculando um arcabouço de valores e preceitos éticos, afinal hoje há uma crise ambiental sem precedentes e o relacionamento do ser humano com a natureza permanece praticamente inexplorada do ponto de vista ético (GRÜN, 1996).

Uma ética ambiental deve ressaltar o dever de todos os cidadãos serem parceiros desse planeta, e não como controladores e exploradores dele. Serem membros de uma complexa biosfera, cuja estabilidade, saúde e integridade fazem parte de nosso interesse em preservá-la, e não ameaçá-la (ROBINSON; GARRATT, 2013).

Segundo Hossne (2009a), a Bioética de Potter foi proposta justamente por levar em conta a vulnerabilidade do meio ambiente. A partir dessa afirmação, o meio ambiente e os seres vivos que o integram são os que mais se deve proteger em sua vulnerabilidade.

O Banco de Alimentos entendido como uma estratégia comprometida com a garantia da equidade social e sustentabilidade constitui um passo para que

vislumbre-se o futuro com justiça social, solidariedade, equilíbrio ambiental e segurança alimentar e nutricional (AZEVEDO; RIGON, 2011).

No final da entrevista os Bancos de Alimentos da cidade de São Paulo foram questionados sobre as metas para o futuro, que aqui serão discutidas somente as relacionadas com a temática dessa pesquisa. Com a finalidade de manter o sigilo, o respeito e a ética as metas foram discutidas por temas centrais e sem identificar o código do Banco de Alimentos.

### Tema Central 1: **ESTRUTURA FÍSICA**

Meta de dois Bancos de Alimentos pesquisados: Implantação de novos Bancos de Alimentos com ação descentralizada e gerenciamento centralizado

Desta forma, os bancos regionais fariam as coletas nos locais a partir das demandas de doações e a distribuição nas Instituições Sociais cadastradas mais próximas do local de coleta. Atuariam com equipes de técnicos atestando a qualidade dos alimentos recebidos e fornecendo informações às instituições e ao público beneficiário da vizinhança, atuando de forma capilar na distribuição dos alimentos e na realização de ações educativas nas entidades receptoras. A matriz desses bancos teria controle e ação sobre toda a logística de distribuição, atuando principalmente nas doações de grande volume. Essa nova estrutura melhora a relação custo benefício evitando desperdício de tempo, gastos com combustível e reduz a poluição ambiental pela maior proximidade entre as empresas doadoras e as instituições receptoras.

### Tema Central 2: **ATENDIMENTO ÀS INSTITUIÇÕES SOCIAIS**

Metas: Ampliar frequência de retirada de alimentos para mensal e aumentar número de Instituições Sociais atendidas. No momento em que diversas famílias encontram-se em situação de vulnerabilidade social, os Bancos de Alimentos se preocupam em ampliar seu atendimento, por meio de ações de aproveitamento dos alimentos que teriam como destino o lixo e assim permitir a redução do desperdício e a preservação do meio ambiente (BELIK; CUNHA; COSTA, 2012).

### Tema Central 3: **EDUCAÇÃO**

Meta: Ampliar ações educativas e meta de três Bancos de Alimentos pesquisados: projeto de pesquisa voltado a ações educativas

As ações educativas são a base do programa Banco de Alimentos, pois somente a doação dá um caráter assistencialista, imediatista e de baixa resolutividade. A Educação Alimentar e Nutricional tem sido considerada uma ação estratégica para a promoção e garantia da saúde e realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (BRASIL, 2012b), tema já discutido no tópico 4.2.

Como exemplo de uma ação bem sucedida pode-se citar o estudo de Jaime et al., (2007) sobre intervenção educativa para aumentar a participação de frutas, legumes e verduras na alimentação familiar realizado com 80 famílias residentes em um bairro pobre do município de São Paulo, em 2004, o estudo mostrou que o impacto imediato da intervenção equivaleu a um acréscimo de 2,9 pontos percentuais no total de calorias provenientes de frutas, legumes e verduras.

As ações educativas empoderam as pessoas a fazerem escolhas alimentares mais saudáveis e a agirem em prol da sustentabilidade do planeta, mas para tanto há necessidade de um trabalho de conscientização junto aos produtores e consumidores, especialmente as crianças, para adoção de atitudes condizentes com a saúde e a sustentabilidade (VILELA et al., 2003).

Meta - Fortalecer ações educativas/orientações com o coordenador das Instituições Sociais, sobre EAN, planejamento, gestão e voluntariado

Investir na educação do coordenador da instituição social propicia o aumento de sua consciência e de outras pessoas da instituição, sejam funcionários ou assistidos, e assim, empodera essas pessoas para perceberem e reivindicarem seu direito à alimentação e a um ambiente mais propício para se viver (SCHUTTER, 2010).

#### Tema Central 4: **MONITORAMENTO**

Metas – Analisar o impacto das doações nas Instituições Sociais e projetos com continuidade nas Instituições Sociais

Um dos objetivos da construção de um sistema de monitoramento dos Bancos de Alimentos é o acompanhamento contínuo do desempenho em relação às suas metas, em que resultados podem ser medidos e alterações de rumo identificadas e corrigidas, pois assim poderá ser verificado seu real impacto na saúde das pessoas e no meio ambiente (VAITSMAN; RODRIGUES; PAES-SOUSA, 2006).

A autora dessa tese teve a preocupação de utilizar as visitas aos Bancos de Alimentos, não unicamente para a coleta de dados, mas também se disponibilizar a contribuir com o programa. Todos os nutricionistas receberão a cópia da tese após a defesa e algumas pequenas contribuições já puderam ser feitas:

Em um BA houve a sugestão de elaborar planilhas no Excel® para organizar os dados quantitativos do programa e de submeter projetos de intervenção nutricional às instituições cadastradas ao Comitê de Ética em Pesquisa - COEP.

Em outro BA, uma consulta ao COEP foi realizada para esclarecimento sobre a elaboração de projeto de intervenção educativa nas instituições cadastradas e a devolutiva sobre as orientações encaminhada à nutricionista.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Bancos de Alimentos pesquisados apresentam estrutura física e organizacional mínima para atender as famílias cadastradas em situação de vulnerabilidade, porém em função das dimensões e necessidades da cidade de São Paulo é imprescindível que novos bancos sejam estruturados para tornar o atendimento mais amplo e efetivo.

Os Bancos de Alimentos pesquisados contribuíram com o acesso ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), pois permitiu no ano de 2012, que pessoas das diversas faixas etárias tivessem acesso a alimentos saudáveis, como as frutas, legumes e verduras (FLV), cujo baixo consumo está entre os dez principais fatores de risco para a mortalidade no mundo. Respeitando o referencial da não maleficência, os Bancos de Alimentos pesquisados somente aceitam doações que estejam próprias para o consumo, recusam de doações de bebidas alcoólicas, e preparações/refeições prontas, esses últimos pelos riscos de intoxicação alimentar.

O programa reduziu o desperdício dos alimentos e indiretamente o desperdício da água utilizada em sua produção (água virtual), pois evitou que toneladas de alimentos tivessem como destino o lixo. Além disso, atua evitando a presença de *catantes* (indivíduos que coletam sobras alimentares para consumo próprio ou familiar) nos entrepostos, resgatando a dignidade humana, pois o indivíduo terá acesso aos alimentos não no lixo, mas por meio de uma estrutura logística de arrecadação. Todos os Bancos de Alimentos estudados possuem em sua rotina ações educativas, discutindo temas diretamente ligados a sustentabilidade e redução do desperdício, como por exemplo o aproveitamento integral dos alimentos.



## REFERÊNCIAS

AKATU. Dez novos caminhos para a sustentabilidade. 19 dez 2012. Disponível em [www.akatu.org.br/Publicacoes](http://www.akatu.org.br/Publicacoes). Acesso em: 21 abr. 2014.

ALIMENTE-SE BEM: fundamentos, estratégias e realizações. São Paulo: SESI-SP, 2006.

ARANHA, Adriana Veiga. Fome Zero: a construção de uma estratégia de combate à fome no Brasil. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília, DF: MDS, Assessoria Fome Zero, v.1, 2010.

ARRUDA, Bertoldo Kruse Grande de; ARRUDA, Ilma Kruse Grande de. Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil. **Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.**, Recife, v.7, n.3, p.319-326, jul. / set., 2007.

ARRUDA, Bertoldo Kruse Grande de; ARRUDA, Ilma Kruse Grande de. Políticas de alimentação e nutrição no Brasil; breve enfoque dos delineamentos conceituais e propositivos. In: TADDEI, José Augusto; LANG, Regina Maria Ferreira; LONGO-SILVA, Giovana; TOLONI, Maysa Helena de Aguiar. **Nutrição em Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2011. p.397 - p.410

ATACADO. Disponível em: [http://www.ceagesp.gov.br/atacado/index\\_html](http://www.ceagesp.gov.br/atacado/index_html). Acesso em: 05 ago. 2013.

AZEVEDO, Elaine de; RIGON, Silvia do Amaral. Sistema alimentar com base no conceito de sustentabilidade. In: TADDEI, José Augusto; LANG, Regina Maria Ferreira; LONGO-SILVA, Giovana; TOLONI, Maysa Helena de Aguiar. **Nutrição em Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2011. p.543 - p.560

BARTHOLLO, Letícia; VIEIRA, Ana Maria Machado; SAMBIASE, Ana Gabriela Fillipi; PEREIRA, Deuscreide; IBARRA Antônio. Contribuições e potencialidades do cadastro único para a implantação de políticas sociais no Brasil. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília, DF: MDS, Assessoria Fome Zero, v.3, 2010. p.14 - p.24

BASTOS, Marisa Antonini Ribeiro; COSTA, Luciana Assis. Avaliação do programa Banco de Alimentos: identificando indicadores. In: SEMINÁRIO DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FUMEC, 6., 08-10 de maio. Belo Horizonte: Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC), 2007. 113p (Caderno de Artigos), p. 29-34.

BATISTA FILHO, Malaquias; ASSIS, Ana Marlúcia; KAC, Gilberto. Transição nutricional: conceito e características. In: KAC, Gilberto; SICHIERI, Rosely; GIGANTE, Denise Petrucci. **Epidemiologia nutricional**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Atheneu, 2007.

BAZZANO, Lydia A; SERDULA, Mary K; LIU, Simin. Dietary intake of fruits and vegetables and risk of cardiovascular disease. **Current Atherosclerosis Report**, v.5, n.6, p.492-499, 2003.

BELIK, Walter. **Segurança alimentar**: a contribuição das universidades. São Paulo: Instituto Ethos, 2003.

BELIK, Walter. Projeto Fome Zero: o desenho de uma política de segurança alimentar e nutricional para o Brasil. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero**: uma história brasileira. Brasília, DF: MDS, Assessoria Fome Zero, v.1, 2010. p.176 - p.188

BELIK, Walter; CUNHA, Altivo Roberto Andrade de Almeida; COSTA, Luciana Assis. Crise dos alimentos e estratégias para a redução do desperdício no contexto de uma política de segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 38, jan./ jun., p.107-132, 2012.

BEJARANO-RONCANCIO, Jhon Jairo; BECERRA-GRANADOS, Luis Miguel. Estandarización de los paquetes de asistencia alimentaria de la Fundación Banco Arquidiocesano de alimentos FBAA de Bogotá D.C. **Rev Fac Med.**, v.59, Supl. 1, p.13-20, 2011.

BETTO, Frei. Fome Zero: ganhos e perdas. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero**: uma história brasileira. Brasília, DF: MDS, Assessoria Fome Zero, v.1, 2010. p.133 - p.139

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.478, de 05 de agosto de 1940. Cria o Serviço de Alimentação da Previdência Social (S.A.P.S.) no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

BRASIL. Lei nº 5.829, de 30 de novembro de 1972. Cria o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 1º.12.1972.

BRASIL. Decreto nº 72.034, de 30 de março de 1973. Institui o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), aprova o I PRONAN e dá outras providências. Diário oficial da união, de 3 de abril de 1973.

BRASIL. Decreto nº 77.116, de 6 de Fevereiro de 1976. Estabelece diretrizes para a ação do Governo na área de Alimentação e Nutrição, aprova o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição - PRONAN e dá outras providências. Diário Oficial da União. Seção 1. 06/02/1976. p. 1745

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Decreto nº 2.283, de 24 de Julho de 1997. Dispõe sobre a extinção do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição - INAN e a desativação da Central de Medicamentos - CEME, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Seção 1. 25/07/1997. p. 16019

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 710, de 10 de junho de 1999. Aprova a Política Nacional de Alimentação e Nutrição-PNAN e dá outras providências. *Diário Oficial da União* 1999; 11 jun.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Diretoria de Pesquisas Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa de orçamentos familiares 2002-2003**: primeiros resultados: Brasil e grandes regiões / IBGE, Coordenação de Índices de Preços. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.276 p.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Avaliação do TCU sobre o programa Fome Zero** / Tribunal de Contas da União. – Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2005. 28 p. : il. color. (Sumários executivos / TCU-SEPROG; 24)

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Portaria nº 329** de 11 de outubro de 2006a. Institui e regulamenta a Política de Monitoramento e Avaliação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

BRASIL. Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)**. Brasília: Senado Federal, 2006b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Banco de Alimentos**: apresentação do programa. Brasília, junho 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**: promovendo a alimentação saudável. Brasília: Ministério da Saúde, 2008a. 210 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Protocolos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN na assistência a saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008b. 61p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde)

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Diretoria de Pesquisas Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009**: Antropometria e Estado Nutricional de Crianças, Adolescentes e Adultos no Brasil. Rio de Janeiro. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Saúde, 2010a.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Diretoria de Pesquisas Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009**: avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil. Rio de Janeiro. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Saúde, 2010b.

BRASIL. Constituição. Emenda constitucional n 64, de 04 de fevereiro 2010c. **Dá nova redação ao art. 6º da constituição Federal para introduzir a alimentação como direito social, 1988.**

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Diretoria de Pesquisas Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009**: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2011a.150 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022** / Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011b. 160 p. : il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012a. 84 p.: il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília, DF: MDS: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012b. 68p.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466**, de 12 de dezembro de 2012c. Disponível: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> Acesso em: 16 ago. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Matriz de Informação Social**. Disponível em <http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/gestao-da-informacao/tipos-de-ferramentas/matriz-de-informacao-social>. Acesso em: 05 jul. 2013a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção de Saúde. **Vigitel Brasil 2012**: Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico. Brasília: Ministério da Saúde, 2013b.136 p.: il.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenadoria Geral de Alimentação e Nutrição. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 87 p. – (versão preliminar para consulta pública)

BURLANDY, Luciene. Construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.14, n.3, p.851-860, 2009.

CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar; SILVA JUNIOR, Nelson. Sobre a construção do Terceiro Setor no Brasil. **Revista Psicologia Política**, v. 9, p. 150-170, 2009.

CARTA da Terra, 2000. Disponível em: <http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/text.html>. Acesso em: 01 maio 2014.

CASTRO, Adriana Garcia Pelliggia de; RODRIGUES, Maria Inês. Aspectos Bioéticos do cuidado nutricional. In: ROSSI, Luciana; CARUSO, Lúcia; GALANTE, Andrea Polo. **Avaliação nutricional: novas perspectivas**. São Paulo: Roca / Centro Universitário São Camilo, 2008. p. 5 – p. 12

CASTRO, Anna Maria de. Trajetória do combate à fome no Brasil. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília, DF: MDS, Assessoria Fome Zero, v.1, 2010. p.18 - p.25

CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de; SOUZA, Thais Salema Nogueira de; MALDONADO, Luciana Azevedo; CANINÉ, Emília Santos; ROTENBERG, Sheila; GUGELMIN, Silvia Angela. A culinária na promoção da alimentação saudável: delineamento de método educativo dirigido a adolescentes e a profissionais das redes de saúde e de educação. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 20, n.6, p.571-588, 2007.

CERVATO-MANCUSO, Ana Maria; VIEIRA, Viviane Laudelino; COSTA, Christiane Gasparini Araújo. Alimentação como um Direito Humano e as Políticas Sociais Atuais. In: DIEZ-GARCIA, Rosa Wanda; CERVATO-MANCUSO, Ana Maria. **Mudanças alimentares e educação nutricional**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. (Nutrição e Metabolismo) p.92 - p.98

CLARO, Rafael Moreira; MACHADO, Flávia Mori Sarti; BANDONI, Daniel Henrique. Evolução da disponibilidade domiciliar de alimentos no município de São Paulo no período de 1979 a 1999. **Rev. nutr**, v. 20, n.5, p.:483-490, set.-out. 2007.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Diagnóstico dos mercados atacadistas de hortigranjeiros**. Brasília, 2009.

CONFERÊNCIA das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento: de acordo com a Resolução.JP! 44/228 da Assembléia Geral da ONU, de 22-12-89, estabelece uma abordagem equilibrada e integrada das questões relativas ao meio ambiente e desenvolvimento: a Agenda 21. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995. 472p.(Série ação parlamentar; n.56).

CONSELHO FEDERAL DOS NUTRICIONISTAS. **Resolução CFN N° 334**, Dispõe sobre o Código de Ética do Nutricionista e dá outras providências. Brasília: CFN, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). **Relatório final da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: CONSEA, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). **Avanços e Desafios da Implementação do Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil**. Brasília, Rio de Janeiro: ABRANDH; CERESAN; CONSEA; FAO-RLC/ ALCSH, março de 2009. Relatório Técnico.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil**: indicadores e monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília: CONSEA, nov. 2010.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). Disponível em <http://www3.planalto.gov.br/consea>. Acesso em: 01 maio 2014.

CONTATO com produtores e varejistas garantem bom resultado nas vendas da Nascente. Jornal Entreposto. CEAGESP, Ano 14, n.157, jun 2013. Disponível em: [www.jornalentreposto.com.br](http://www.jornalentreposto.com.br). Acesso em: 05 ago. 2013.

COUTINHO, Janine Giuberti; GENTIL, Patrícia Chaves; TORAL, Natacha. A desnutrição e obesidade no Brasil: o enfrentamento com base na agenda única da nutrição. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 24 Sup 2, S332-S340, 2008.

CUNHA, Bianca Lazarini. A projeção internacional da estratégia Fome Zero. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero**: uma história brasileira. Brasília, DF: MDS, Assessoria Fome Zero, v.3, 2010. p.80 - p.89

CÚPULA MUNDIAL DE ALIMENTOS. **Comentário geral da Cúpula Mundial de Alimentos**. Roma: FAO, 1999.

CUSTÓDIO, Marta Battaglia; FURQUIM, Nelson Roberto; SANTOS, Greice Maria Mansini dos; CYRILLO, Denise Cavallini. Segurança Alimentar e Nutricional e a construção de sua política: uma visão histórica. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v.18, n.1, p.1-10, 2011.

DAVID, Andréa Borges; HECK, Selvino. “Saciara sede de beleza” In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero**: uma história brasileira. Brasília, DF: MDS, Assessoria Fome Zero, v.1, 2010. p.140 - p.151

DECLARAÇÃO do Milênio das Nações Unidas. 08 de Setembro de 2000. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao\\_milenio\\_nacoes\\_unidas.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_milenio_nacoes_unidas.pdf). Acesso em: 23 jul. 2013.

DECLARAÇÃO Universal de Direitos Humanos. Disponível em: [http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/7/docs/declaracao\\_universal\\_dos\\_direitos\\_do\\_homem.pdf](http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/7/docs/declaracao_universal_dos_direitos_do_homem.pdf). Acesso em: 25 ago. 2013.

DIRETRIZES VOLUNTÁRIAS em apoio à realização progressiva do direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar nacional. Roma: FAO, 2005.

DOIS CUNHADOS trabalha em parceria com outros integrantes da cadeia. Jornal Entreposto. CEAGESP, Ano 14, n.157, jun 2013. Disponível em: [www.jornalentreposto.com.br](http://www.jornalentreposto.com.br) Acesso em: 05 ago. 2013.

DOM Mauro Morelli, bispo do Rio de Janeiro e presidente da Ágora. In: SIMPÓSIO O DESAFIO SOCIAL DA FOME, 1996. (Videodepoimento)

DURAND, Guy. **Introdução geral à bioética**: história, conceitos e instrumentos. São Paulo: edições Loyola / Centro Universitário São Camilo, 2003.

ESCRITÓRIO REGIONAL DA FAO para América Latina e o Caribe Santiago, Chile. BRASIL FOME ZERO: LIÇÕES PRINCIPAIS. Documento de trabalho videoconferência Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Guatemala, Peru e Venezuela (14 de agosto de 2006). In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero**: uma história brasileira. Brasília, DF: MDS, Assessoria Fome Zero, v.3, 2010. p.90 – p.101

FAGUNDES, Priscila Rocha Silva; SILVA, Rosana de Oliveira Pithan e; NACHILUK, Katia; MONDINI, Lenise. Aproveitamento dos resíduos gerados no entreposto terminal de São Paulo da CEAGESP. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 42, n. 3, maio/jun. 2012. p.65-73

FEEDING AMERICA. Disponível em: <http://feedingamerica.org/how-we-fight-hunger.aspx>. Acesso em: 18 jul. 2013.

FIGUEIREDO, Iramaia Campos Ribeiro; JAIME, Patricia Constante; MONTEIRO, Carlos Augusto. Fatores associados ao consumo de frutas, legumes e verduras em adultos da cidade de São Paulo. **Rev Saúde Pública**, v.42, n.5, p.777-85, 2008.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Programa de lucha contra el hambre**. Roma: FAO, 2003.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Diretrizes Voluntárias para o Direito à Alimentação**. Roma, 2004.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Increasing fruit and vegetable consumption becomes a global priority**. 27 mar 2006. Disponível em: [www.fao.org/english/newsroom/focus/2003/fruit veg1.htm](http://www.fao.org/english/newsroom/focus/2003/fruit_veg1.htm) Acesso em: 18 jul. 2013.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **FAO Brasil Histórico**. Disponível em: <https://www.fao.org.br/quemSomos.asp>. Acesso em: 08 jul. 2014.

FOME ZERO. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br>. Acesso em: 09 abr. 2013.

GALISA, Mônica Santiago; GALISA, Solange Santiago. Análise da composição centesimal das partes não convencionais dos alimentos. **O Mundo em Saúde**, v. 20, n.04, maio 1996.

GALISA, Mônica Santiago; ESPERANÇA, Leila Maria Biscolla; SÁ, Neide Gaudenci de. **Nutrição**: Conceitos e Aplicações. São Paulo: M. Books, 2008.

GLOBAL FOOD BANKING NETWORK. Disponível em <http://www.foodbank.org.au/about-us/how-we-work/global-foodbanking-network/> Acesso em: 03 mar. 2014.

GOMES, Fabio da Silva. Contribuições das ciências sociais e da filosofia para a construção de recomendações nutricionais. In: DIEZ-GARCIA, Rosa Wanda; CERVATO-MANCUSO, Ana Maria. **Mudanças alimentares e educação nutricional**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. (Nutrição e Metabolismo) p.43 - p.52

GOMEZ, Desider Kremling. O Fome Zero e a produção acadêmica realizada no âmbito dos programas de pós-graduação (2003-2009). In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília, DF: MDS, Assessoria Fome Zero, v.3, 2010. p.69 - p.79

GOULART, Rita Maria Monteiro. Desperdício de alimentos: um problema de saúde pública. **Integração**, ano XIV, v. 54, p.285-288, jul. ago. set. 2008.

GRAMADO aposta em produtos inovadores e diferenciados. **Jornal Entrepasto**. CEAGESP, Ano 14, n.157, jun. 2013. Disponível em: [www.jornalentrepasto.com.br](http://www.jornalentrepasto.com.br) Acesso em: 05 ago. 2013.

GRIFFIN, Mary; SOBAL, Jeffery; LYSON, Thomas A. An analysis of a community food waste stream. **Agriculture and Human Values**, v.26, p.67-81, 2009.

GRÜN, Mauro. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1996. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

HOEKSTRA, Arjen Y.; CHAPAGAIN, Ashok K. **Globalization of Water: Sharing the Planet's Freshwater Resources**, Blackwell Publishing, Oxford, 2008.

HOEKSTRA, Arjen Y.; HUNG, Pham Q. Virtual water trade: a quantification of virtual water flows between nations in relation to international crop trade, **HIE Value of Water Research Report Series**, Delft, The Netherlands, n. 11, 2002.

HOSSNE, William Saad. Bioética – princípios ou referenciais? **O Mundo da Saúde**. São Paulo, v.30, n.4, p.673-676, out.dez. 2006.

HOSSNE, William Saad. Dos referenciais da Bioética – a vulnerabilidade. **Revista BioEthikos**. Centro Universitário São Camilo, v.3, n.1, p.41-51, 2009a.

HOSSNE, William Saad. Dos referenciais da Bioética – a equidade. **Revista BioEthikos**. Centro Universitário São Camilo, v.3, n.2, p.211-216, 2009b.

HOSSNE, William Saad; PESSINI, Leo; SIQUEIRA, José Eduardo de; BARCHIFONTAINE, Christian de Paul de. Bioética aos 40 anos: reflexões a partir de um tempo de incertezas. **Revista BioEthikos**. Centro Universitário São Camilo, v.4, n.2, p.130-143, 2010.

HOSSNE, William Saad; SILVA, Franklin Leopoldo e. Dos referenciais da Bioética – a solidariedade. **Revista BioEthikos**. Centro Universitário São Camilo, v.7, n.2, p.150-156, 2013.



INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). Betinho. Disponível em: <http://www.ibase.br/pt/perfil-betinho/>. Acesso em: 01 maio 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (INAN). **Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição**, PNSN, 1989 – *Arquivo de Dados da Pesquisa*. Brasília: INAN/Ministério da Saúde, 1990. (mimeo.)

INFORMAÇÕES Gerais sobre os programas que compõem o Fome Zero. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília, DF: MDS, Assessoria Fome Zero, v.1, 2010. p.14 - p.17

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estudo Nacional da Despesa Familiar (Endef) 1974-1975**. Brasília: IBGE, 1978.

INTERNATIONAL CONFERENCE ON WATER AND THE ENVIRONMENT. **The Dublin Statement and Report of the ICWE**: development issues for the 21st century. Dublin, 1992. p. 26-31.

INTERNATIONAL WATER MANAGEMENT INSTITUTE. *How We Get More Crop From Every Drop ? Water Policy Briefing* n. 8, IWMI Colombo, march, 2003. Disponível em [www.iwmi.org/waterpolicybriefing](http://www.iwmi.org/waterpolicybriefing). Acesso em: 03 mar. 2014.

ISSAO dá feedback para produtores se destacarem no mercado. *Jornal Entreposto*. CEAGESP, v. 14, n.157, jun. 2013. Disponível em: [www.jornalentreposto.com.br](http://www.jornalentreposto.com.br) Acesso em: 05 ago. 2013.

JAIME, Patrícia Constante; MONTEIRO, Carlos Augusto. Fruit and vegetable intake by brasilian adults, 2003. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.21, Sup:S19-S24, 2005.

JAIME, Patricia Constante; MACHADO, Flavia Mori Sarti; WESTPHAL, Márcia Faria; MONTEIRO, Carlos Augusto. Educação nutricional e consumo de frutas e hortaliças; ensaio comunitário controlado. **Rev Saude Pública**, v. 41., n.1, p.: 154-7, 2007.

KANTOR, Linda Scott; LIPTON, Kathryn; MANCHESTER, Alden; OLIVEIRA, Victor. Estimating and Addressing America's Food Losses. **FoodReview**, U.S. Dept. Agr., Econ. Res. Serv., Jan.- April, 1997.

LEÃO, Marília Mendonça; CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de. Políticas públicas de alimentação e nutrição. In: KAC, Gilberto; SICHIERI, Rosely; GIGANTE, Denise Petrucci. **Epidemiologia nutricional**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Atheneu, 2007.

LEÃO, Marília Mendonça; RECINE, Elisabetta. O Direito Humano à Alimentação Adequada. In: TADDEI, José Augusto; LANG, Regina Maria Ferreira; LONGO-

LOPES, Laura Cristina Cuvello; GALANTE, Andrea Polo. Tipos de estudos em epidemiologia da Nutrição. In: SILVA, Sandra Maria Chemin Seabra da; MURA, Joana D'Arc Pereira Mura. **Tratado de alimentação, nutrição e dietoterapia**. 2.ed. São Paulo: Roca, 2010. p.1103 – 1108.

LOPES, Márcia. Introdução. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero**: uma história brasileira. Brasília, DF: MDS, Assessoria Fome Zero, v.1, 2010. p.13 - p.14

MARTINS, *Carlos Roberto*; FARIAS, *Roseli de Mello*. Produção de alimentos x desperdício: tipos, causas e como reduzir perdas na produção agrícola – revisão. **Revista da Faculdade de Zootecnia, Veterinária e Agronomia de Uruguaiana**, v. 9, n. 1, p. 20-32, 2002.

MCMILLAN, Andrew. Implicações da estratégia Fome Zero para outros países. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero**: uma história brasileira. Brasília, DF: MDS, Assessoria Fome Zero, v.3, 2010. p.102 - p.115

MELO, Thiago Oliveira; OLIVEIRA, Viviane; ROSTON, Amanda Camargo. Mandioca, alimento nutritivo e indispensável à dieta brasileira. **Jornal Entrepasto**. CEAGESP, v. 14, n.157, jun 2013. Disponível em: [www.jornalentrepasto.com.br](http://www.jornalentrepasto.com.br) Acesso em: 22 jul. 2013.

MENEZES, Francisco. Mobilização social e participação da sociedade civil. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero**: uma história brasileira. Brasília, DF: MDS, Assessoria Fome Zero, v.1, 2010. p.120 - p.132

MESA SÃO PAULO. **Ação contra a fome e o desperdício, pela qualidade de vida**. São Paulo: SESC, 1999.

MONDINI, Lenise; GIMENO, Suely Godoy Agostinho. Transição nutricional: significado, determinantes e prognóstico. In: TADDEI, José Augusto; LANG, Regina Maria Ferreira; LONGO-SILVA, Giovana; TOLONI, Maysa Helena de Aguiar. **Nutrição em Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2011. p.561 - p.576

NATIVIDADE, Marisa Oliveira; DELEVATI, Miriam Teresinha da Silva; SILVA, Maria Erondina Silveira da. Problematizando a relação universidade-sociedade: um estudo de caso sobre a participação no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CONSEA/SM). In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTIÓN UNIVERSITARIA EM AMÉRICA DEL SUR PODER, GOBIERNO Y ESTRATEGIAS EM LAS UNIVERSIDADES DE AMERICA DEL SUR. MAR DEL PLATA, 5., 8, 9 y 10 de diciembre de 2005.

NELLEMANN, Christian (Editor in chief); MACDEVETTE, Monika; MANDERS, TON; EICKHOUT, BAS; SVIHUS, Birger; PRINS, Anne Gerdien; KALTENBORN, Bjørn P. **The Environmental Food Crisis**: the environment's role in averting future food crises – a UNEP rapid response assessment. United Nations Environment Programme, GRID-Arendal, 2009.

OLIVEIRA, Wagner Caetano Alves de; SCHMIDT, Davi Luiz. Fome Zero e os objetivos de desenvolvimento do milênio – um só desafio; redução da miséria e da desigualdade. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília, DF: MDS, Assessoria Fome Zero, v.3, 2010. p.168 - p.183

PALANISAMI, Kuppannan. Water Markets as a Demand Management Option: Potentials, Problems, and Prospects. In: Saleth, R. M. ed., **Promoting Irrigation Demand Management in India: Potentials, Problems, and Prospects**. International Water Management Institute, Colombo, Sri Lanka, 2009.

PELIANO, Anna Maria Medeiros. Lições da história – avanços e retrocessos na trajetória das políticas públicas de combate à fome e à pobreza no Brasil. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília, DF: MDS, Assessoria Fome Zero, v.1, 2010. p.26 - p.41

PESSINI, Leo; BARCHIFONTAINE, Christian de Paul de. **Problemas atuais de bioética**. 10. ed. rev. ampl. São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2012.

PESQUISA **QUANTITATIVA**: Consumo de Frutas e Hortaliças. Elaborado por CONNECTION RESEARCH, maio 2011. Disponível em <http://www.ceasa.gov.br/dados/publicacao/Pesquisa%20quantitativa.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2013.

PINHEIRO, Anelise Rizzolo de Oliveira; CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de. Estado e Mercado: adversários ou aliados no processo de implementação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição? Elementos para um debate sobre medidas de regulamentação. **Saúde Soc**. São Paulo, v.17, n.2, p.170-183, 2008.

PLANO DE COMBATE À FOME E À MISÉRIA. **Princípio, prioridades e mapa das ações do governo**. Brasília: IPEA, abr. 1993.

PLATAFORMA BRASILEIRA DHESC. **Relatorias Nacionais em Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais**. Informe 2004.

PRADO, Matildes da Silva. A Trajetória da Política de Alimentação e Nutrição no Brasil: de 1889-1945. **Revista Baiana de Saúde Pública**, Bahia, v.20, n.1/4, p.23-31, jan/dez. 1993.

PROGRAMA **ALIMENTE-SE BEM**: tabela de composição química das partes não convencionais dos alimentos. São Paulo: SESI-SP, 2008.

PROGRAMA **DIGA NÃO AO DESPERDÍCIO**. Disponível em: <http://www.codeagro.sp.gov.br/cesans/#>. Acesso em: 23 jul. 2013.

REBOUÇAS, Aldo da Cunha. Água e Desenvolvimento Rural. **Estudos Avançados IEA-USP**, São Paulo, v. 15, n. 43, p.327-344, 2001.

REDE DE BANCOS DE ALIMENTOS DO RIO GRANDE DO SUL. **Quem somos**. Disponível em <http://www.bancodealimentosrs.org.br/Pagina/151/Quem-Somos>. Acesso em: 05 mar. 2014.

RIBOLI, Elio; NORAT, Teresa. Epidemiologic evidence of the protective effect of fruit and vegetables on cancer risk. **The American Journal of Clinical Nutrition**, v.78, Suppl 3, p.:S559-569, 2003.

ROBINSON, Dave; GARRATT, Chris. **Entendendo**: ética. São Paulo: LeYa, 2013. 176p. (Entendendo)

RUTENBERG, Sheila; MARCOLAN, Suzete, TAVARES, Elda Lima; CASTRO, Inês Rugani Ribeiro. Oficinas culinárias no promoção da saúde. In: DIEZ-GARCIA, Rosa Wanda; CERVATO-MANCUSO, Ana Maria. **Mudanças alimentares e educação nutricional**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. (Nutrição e Metabolismo) p.327 - p.339

SANTARELLI, Mariana; MOREIRA, Crispim. Da Lei à mesa: a construção institucional da política nacional de segurança alimentar e nutricional. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero**: uma história brasileira. Brasília, DF: MDS, Assessoria Fome Zero, v.2, 2010. p.14 - p.26

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal da Saúde. Coordenação de Epidemiologia e Informação - CEInfo. Boletim ISA - Capital 2008, nº 1, 2010: **Inquérito de Saúde**: Primeiros Resultados. São Paulo: CEInfo, 2010a, 28 p.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal da Saúde. Coordenação de Epidemiologia e Informação – CEInfo. Boletim ISA - Capital 2008, nº 2, 2010: **Estado nutricional, insatisfação em relação ao peso atual e comportamento relacionado ao desejo de emagrecer na cidade de São Paulo**. São Paulo: CEInfo, 2010b, 40 p.

SÃO PAULO (Cidade) . Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo. Portaria 2619, de 06 de dezembro de 2011. Regulamento de Boas Práticas e de Controle de condições sanitárias e técnicas das atividades relacionadas à importação, exportação, extração, produção, manipulação, beneficiamento, acondicionamento, transporte, armazenamento, distribuição, embalagem, reembalagem, fracionamento, comercialização e uso de alimentos, águas minerais e de fontes, bebidas, aditivos e embalagens para alimentos. **Diário Oficial da cidade de São Paulo**, Gabinete do Secretário, São Paulo, 06 dez. 2011. n.227, p. 23.

SÃO PAULO (Estado). Diretora Técnica do Centro de Vigilância Sanitária, da Coordenadoria de Controle de Doenças, da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. Portaria 5, de 09 de abril de 2013. Aprova o regulamento técnico sobre boas práticas para estabelecimentos comerciais de alimentos e para serviços de alimentação. **Diário Oficial Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, 19 abr. 2013. Seção 1, n.73, p. 32.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Coordenadora de Desenvolvimento dos Agronegócios, **Diga não ao desperdício**. 2. ed. São Paulo: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Coordenadora de Desenvolvimento dos Agronegócios, nov. 2009. 83p.

SAVENIJE, Hubertus Henricus Gerardus. **Why Water Is Not An Ordinary Economic Good, Or Why The Girl Is Special, in Physics an Chemistry of the Earth**, n. 27, pp. 741-744, Elsevier Science, USA, 2002

SCHUTTER, Olivier de. Países combatem a fome segundo a abordagem do direito à alimentação. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília, DF: MDS, Assessoria Fome Zero, v.3, 2010. p.116 - p.135

SILVA, Alberto Carvalho da. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. **Estudos Avançados**, v.9, n.23, São Paulo, jan./abril 1995.

SILVA, Giovana; TOLONI, Maysa Helena de Aguiar. **Nutrição em Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2011. p.471 - p.488

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

SILVA, José Graziano. Entrevista. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília, DF: MDS, Assessoria Fome Zero, v.1, 2010. p.96 - p.106

SILVA JÚNIOR, Eneo. **Manual de controle higiênico-sanitário em serviços de alimentação**. 7. ed. São Paulo: livraria Varela, 2014.

SILVEIRA, Bruna Carla; NOLASCO, Sandra Aparecida Vieira Neiva; LOPES, Valéria Aparecida Alves; NETTO, Michele Pereira; COSTA, Fabiana Maria da. Impacto da complementação alimentar fornecida por um Banco de Alimentos, no estado nutricional de crianças de 1 a 6 anos de uma creche em Ibitaré/Minas Gerais. **Nutrire: rev. Soc. Bras. Alim. Nutr.= J. Brazilian Soc. Food Nutr.**, São Paulo, SP, v. 36, n. 1, p. 23-35, abr. 2011.

SILVENNOINEN, Kirsi; KATAJAJUURI, Juha Matti; HARTIKAINEN, Helinä; JALKANEN, Laura; KOIVUPURO, Heta-Kaisa; REINIKAINEN, Anu. "Food waste volume and composition in the Finnish supply chain: special focus on food service sector." **Fourth international symposium on energy from biomass and waste**, Venice, Italy, 12-15 November 2012: proceedings Venice 2012. CISA Publisher, 2012.

SOUSA, Patrus Ananias de . Entrevista. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília, DF: MDS, Assessoria Fome Zero, v.1, 2010. p.107 - p.111

SPERENDIO, Ana Maria Girotti; CORREA, Carlos R.S. A rede de municípios potencialmente saudáveis facilitando a articulação entre universidade, gestão pública e sociedade. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação da Saúde. Seminário sobre a Política Nacional de Promoção da Saúde. **Anais..** Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 252p. (Série D. reuniões e Conferências)

ST. MARY'S FOOD BANK. Disponível em <http://www.firstfoodbank.org/learn-more/hunger-statistics-in-arizona>. Acesso em: 03 mar. 2014.

SUSTENTABILIDADE. Disponível em: <http://www.ceagesp.gov.br/sustentabilidade/> Acesso em: 22 jul. 2013.

TAKAGI, Maya. A implantação do Programa Fome Zero no governo Lula. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero: uma história brasileira.** Brasília, DF: MDS, Assessoria Fome Zero, v.1, 2010. p.54 - p.73

TAPAJÓS, Luziele; RODRIGUES, Monica; COELHO, Maria Francisca Pinheiro. Desafios sociais no Brasil em 2003: da exclusão à cidadania. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero: uma história brasileira.** Brasília, DF: MDS, Assessoria Fome Zero, v.1, 2010. p.42 - p.53

TAPAJÓS, Luziele; ABREU, Maria Cristina. Grandes impactos: a realidade brasileira em 2010. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero: uma história brasileira.** Brasília, DF: MDS, Assessoria Fome Zero, v.3, 2010. p.184 - p.201

TAPAJÓS, Luziele; QUIROGA, Junia; PEREIRA, Fernando; PINTO, Alexandre. O processo de avaliação da política de segurança alimentar e nutricional entre 2004 e 2010: a experiência do MDS. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero: uma história brasileira.** Brasília, DF: MDS, Assessoria Fome Zero, v.3, 2010. p.44 - p.57

THE WORLDWATCH INSTITUTE. **Estado do mundo: Inovações que Nutrem o Planeta.** Relatório do Worldwatch Institute sobre o Avanço Rumo a uma Sociedade Sustentável. UMA-Universidade Livre da Mata Atlântica editora, 2011.

UNIÃO SOCIAL CAMILIANA; CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO; SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS PE. INOCENTE RADRIZZANI. **Manual de orientação para trabalhos acadêmicos.** 3.ed. rev. amp. São Paulo: União Social Camiliana; Centro Universitário São Camilo, 2012. 96p.

VAINIO, Harri; BIANCHINI, Franca. **IARC Handbooks of Cancer Prevention: Fruit and Vegetables.** Lyon: IARC Press, 2003.

VAITSMAN, Jeni; RODRIGUES, Roberto W. S.; PAES-SOUSA, Rômulo. **O Sistema de Avaliação e Monitoramento das Políticas e Programas Sociais: a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil.** *Management of Social Transformations Programme (MOST)*, UNESCO publicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, *Policy Papers n.17*, 2006.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. 'Fome, solidariedade e ética: uma análise do discurso da Ação da Cidadania contra a fome, a Miséria e pela Vida'. **História, Ciências, Saúde** — Manguinhos, v.11, n.2, p. 259-77, maio-ago. 2004.

VILELA, Nirlene J.; LANA, Milza M.; NASCIMENTO, Edson F.; MAKISHIMA, Nozomu. O peso da perda de alimentos para a sociedade: o caso das hortaliças. **Horticultura Brasileira**, Brasília, v.21, n. 2, p. 141-143, abr. jun. 2003.

VIEIRA, Sonia. **Como escrever uma tese**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

WALMART quer "cortar o intermediário" de FLV. **Jornal Entreposto**. CEAGESP, v.14, n.157, jun. 2013. Disponível em: [www.jornalentreposto.com.br](http://www.jornalentreposto.com.br) Acesso em: 22 jul. 2013. Acesso em: 22 jul. 2013.

WESTPHAL, Márcia Faria; BÓGUS, Claudia Maria; NOGUEIRA-MARTINS, Maria Cezira F. Métodos qualitativos em nutrição e saúde pública. In: TADDEI, José Augusto; LANG, Regina Maria Ferreira; LONGO-SILVA, Giovana; TOLONI, Maysa Helena de Aguiar. **Nutrição em Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2011. p.25 - p.40

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Diet, nutrition and the prevention of chronic diseases**. Geneva: World Health Organization, 1990.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. The World Health Report 2003. **Shaping the future**. Geneva: World Health Organization, 2003a.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Food and Agricultural Organization of the United nation. Expert Report on **Diet, nutrition and the prevention of chronic diseases**. WHO/FAO Expert Consultation. Geneva: World Health Organization, 2003b. (Technical Report Series, 916).

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Global strategy on diet, physical activity and health. **Food Nutr Bull**, v. 25, n. 3, p.292-302, 2004.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global health risks: mortality and burden of disease attributable to selected major risks**. Geneva: World Health Organization, 2009.

## ANEXO A



www.saocamilo-sp.br

### Comitê de Ética em Pesquisa Centro Universitário São Camilo

O Comitê de Ética em Pesquisa (CoEP) do Centro Universitário São Camilo em reunião ordinária de 15 de maio de 2013 analisou a consulta referente ao projeto de pesquisa intitulado “Banco de alimentos: qual sua contribuição na qualidade da alimentação das pessoas envolvidas e ao meio ambiente?” de autoria da pesquisadora: Mônica Galisa. Foi verificado no projeto que a coleta de dados envolvia a obtenção de informações junto a um responsável pela instituição sobre a constituição e atividade do banco de alimento, tendo como objeto de pesquisa o funcionamento do banco de alimento. Assim, após discussão em plenária, conclui-se que o estudo proposto não envolve seres humanos, dessa forma, o Comitê de Ética em Pesquisa, informa que não há necessidade de submeter o projeto a análise.

São Paulo, 12 de junho de 2013.

Adriana Aparecida de Faria Lima  
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa  
Centro Universitário São Camilo

▷ Campus Pompeia 1  
Rua Raul Pompeia, 144  
05025-010 São Paulo SP

▷ Campus Pompeia 2  
Rua Padre Chico, 688  
05008-010 São Paulo SP

▷ Campus Ipiranga 1  
Av Nazaré, 1501  
04263-200 São Paulo SP

▷ Campus Ipiranga 2  
Rua Moreira de Godoy, 312  
04266-060 São Paulo SP



## APÊNDICE A

### **CARTA DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CONCEDENTE DE DADOS PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA**

O “\_\_\_\_\_ (nome da instituição) \_\_\_\_\_” na condição de instituição concedente de dados do estudo autoriza a coleta de dados referente ao projeto de pesquisa intitulado: “Reflexão bioética sobre a contribuição do programa Banco de Alimentos no direito humano a alimentação adequada e no meio ambiente” de responsabilidade do pesquisador Mônica Santiago Galisa, RG 16668437, aluna do programa de Doutorado em Bioética do Centro Universitário São Camilo - São Paulo.

Os dados a serem coletados referem-se às informações não disponibilizadas no site da instituição, referentes à atuação do Banco de Alimentos: volume de gêneros arrecadados, entidades e pessoas atendidas, ações educativas (volume e temas), empresas parceiras, número de refeições complementadas, perfil de vulnerabilidade social e faixa etária das pessoas assistidas. Esclarece-se que as informações poderão ser divulgadas em estudos científicos preservando e mantendo em sigilo a identidade dos Bancos de Alimentos.

Em caso de dúvidas relativas à Pesquisa, a pesquisadora supra citada estará disponível para prestar esclarecimentos tanto pessoalmente quanto pelo telefone (11) 99301-7330.

Recebi garantias de total sigilo da identidade da instituição. Sei que a participação é isenta de despesas. Concordo que a instituição da qual sou responsável participe da pesquisa.

---

Nome do responsável institucional  
Telefone (11) \_\_\_\_\_

---

Cargo do responsável institucional

---

Assinatura e carimbo do responsável institucional

DATA \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

## Apêndice B

### *Roteiro da entrevista*

*(adaptado de Bastos; Costa, 2007)*

Código do Banco de Alimentos: \_\_\_\_\_

Cargo do responsável: \_\_\_\_\_

Em relação ao ano de 2012, por favor responda:

1. Existem critérios estabelecidos para cadastramento das Instituições Sociais?

( ) Não ( ) Sim, quais? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

2. Existem critérios estabelecidos para permanência das Instituições Sociais?

( ) Não ( ) Sim, quais? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

3. Qual é a quantidade de empresas doadoras: \_\_\_\_\_

4. O Banco de Alimentos possui ações para estimular as doações? ( ) Não ( ) Sim,

qual? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

5. O Banco de Alimentos faz repasse de informações quanto à distribuição e destino das doações aos doadores ( ) Não ( ) Sim, qual? \_\_\_\_\_

6. Existe cadastro único de Instituições Sociais entre os Bancos de Alimentos?

( ) Sim ( ) Não

7. Volume de gêneros alimentícios distribuídos: \_\_\_\_\_ kg

8. Quais são os alimentos coletados: \_\_\_\_\_

9. Quanto em % representa os FLV no volume total: \_\_\_\_\_

10. Quais são os critérios para aceitar as doações: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

11. Qual é a quantidade de entidades sociais atendidas: \_\_\_\_\_

12. Qual é a periodicidade que as entidades recebem as doações: \_\_\_\_\_

13. Qual é a quantidade de pessoas assistidas/ano: \_\_\_\_\_

14. Qual a faixa etária predominante dos assistidos: \_\_\_\_\_

15. Além da a vulnerabilidade social, atendem públicos específicos?

- ( ) deficientes físicos
- ( ) deficientes mentais
- ( ) dependentes químicos
- ( ) população em situação de rua
- ( ) portadores de câncer
- ( ) pessoas vivendo com HIV/Aids
- ( ) indígenas
- ( ) quilombolas

16. Em relação a ações educativas: ( ) desenvolveu ( ) não desenvolveu

Se desenvolveu,

16a. Quantas ações? \_\_\_\_\_

16b. Quantas entidades sociais atingidas? \_\_\_\_\_

16c. Quantas pessoas beneficiadas? \_\_\_\_\_

16d. Qual o tipo de público atendido por essas ações educativas? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

16e. Quais são os temas das ações educativas: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

17. Existe parceria do Banco de Alimentos com Universidades? ( ) sim ( ) não. Se sim, quais? \_\_\_\_\_ Qual o número de estagiários em 2012? \_\_\_\_\_ e qual o objetivo da parceria? \_\_\_\_\_

18. Existem metas para os próximos anos? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Obrigada!

Mônica Santiago Galisa

CRN3 - 4265